



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/11/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 26ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão, do ano de 2023, 6ª Audiência Temática ao PL 578/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2024.

Tema de hoje: Saúde e Verde e Meio Ambiente, que compõe a Secretaria Municipal da Saúde; Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo*, no dia 03 de outubro de 2023 e 24 de outubro de 2023; *Folha de S. Paulo*, no dia 03 de outubro de 2023 e 25 de outubro de 2023; e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 25 de outubro de 2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 25 de outubro de 2023. E já declaro abertas as inscrições para pronunciamento presencial com a secretaria da Comissão, portanto, as inscrições já estão abertas na nossa assessoria legislativa.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde, representado pelo Dr. Maurício Serpa, Secretário Adjunto; Sr. Roberto Carlos Rossato, Chefe de Gabinete e Ivan Cáceres, Secretaria Geral do Conselho Municipal de Saúde; Elizabete Michelete, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, que vai participar de forma *on-line*; Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente acompanhado de Tamires Carla, Chefe de Gabinete; Secretaria Municipal da Fazenda representada pelo Srs. Samuel Ralize de Godoy, Subsecretário de Planejamento e

Orçamento Municipal e Sandro Luis Palanca, Diretor da Divisão de Avaliação e Aprimoramento do Gasto Público, DIAPRI; Adriano Cremonesi, Assessor do Gabinete do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e Rafael Valverde Arantes, Coordenador da Área da Saúde do TCM.

O Vereador Isac Felix, nosso Vice-Presidente, está presente de forma *on-line*; Vereadora Rute Costa, presente de forma *on-line*; Vereador Paulo Frange, presente de forma *on-line* e de forma presencial o nobre Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz.

Sempre peço a cada um dos expositores, porque são vários nomes e eu, às vezes, até me confundo um pouco. Então, peço sempre que se identifiquem para constar nos Anais da Casa.

Imediatamente, passo para exposição e considerações do Sr. Maurício Serpa, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Saúde, já envolvendo a autarquia hospitalar, Hospital do Servidor Público Municipal. Tem a palavra, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Bom dia a todos, Presidente, Vereador Jair Tatto, demais autoridades, represento a Secretaria Municipal da Saúde e o Secretário Luiz Carlos Zamarco.

Vamos fazer a apresentação do LOA/2024.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Não sei se a apresentação está visível para todos. Acho que não entrou... (Pausa)

Dando início a nossa apresentação, colocamos primeiramente os principais objetivos da Secretaria Municipal da Saúde. E um dos principais é a qualificação da rede de atenção à saúde, começando pelo fortalecimento e manutenção da rede integrada. Dentro desse escopo nós temos o prontuário eletrônico, quase todas as unidades já totalmente implantadas. São quase 85%, permanecendo uma média de 15% ainda a ser trabalhada. A ideia é que se consiga integrar todas as informações, colocando isso dentro do nosso repositório. E claramente conseguir ter os dados do paciente para mais bem tomada de ação, principalmente na questão da atenção primária.

Ampliar ofertas e o acesso ao serviço de saúde. Temos procurado ampliação principalmente na linha das unidades de pronto atendimento. E isso tem evitado a grande quantidade de pessoas na alta complexidade hospitalar e tem feito uma boa triagem. Então, a ideia é conseguir fazer essa ampliação, ampliar os programas das linhas de cuidado, dentre elas o cuidado do idoso; ampliar as ofertas de cirurgias e exames, temos feito uma tarefa bastante árdua na questão dos HDs, hospitais dia, que tem sido uma experiência positiva. Iniciamos há dois meses o projeto da urologia, e em 30 dias, com duas salas cirúrgicas, conseguimos fazer 350 cirurgias urológicas. Então, é uma ação que tem dado um bom resultado e a ideia é ampliarmos a oferta desse serviço.

Ampliar a cobertura vacinal em todo o Município. Temos feito algumas ações, principalmente com os agentes comunitários, para ampliação, levar o conhecimento, inclusive, uma parceria com a educação para o fortalecimento.

A questão da modernização e atualização de tecnologia da infraestrutura de equipamentos e serviços, que também é um prontuário. Lembrando que foi um grande desafio, uma cidade imensa, São Paulo é um território extremamente grande. E tivemos uma dificuldade muito grande na questão infraestrutura/conectividade. Conseguimos vencer, hoje são 85% das unidades já com infraestrutura, com conectividade, prontuário eletrônico, já fazendo o que chamamos de interoperabilidade, recebemos esses dados na plataforma do E-Saúde, como conseguimos devolver na ponta. E a meta é virarmos o ano com 100% do território já com prontuário eletrônico.

O fortalecimento ao processo de implantação do sistema de teleconsulta. Nós iniciamos o piloto em 32 unidades na zona Sul, chamado Consultório Digital. Entendemos que a telemedicina simplesmente remota não atenderia a necessidade. Então colocamos o consultório híbrido, permitindo o acesso do paciente na unidade. Dessa forma, tendo profissionais que auxiliam, principalmente a enfermagem. No caso da triagem, alguns exames que acabam não sendo possíveis realizar de forma remota.

Só para constar, o Consultório Digital teve uma boa aceitação. Nós rodamos o NPS

para ver o índice de satisfação, foram 18 mil atendimentos, com índice de satisfação de 98%. Então, acreditamos que esse modelo pode ser sim replicado, além do que conseguimos aproximar algumas especialidades que, hoje, sabemos a dificuldade na ponta, principalmente psiquiatria, pediatria, algumas especialidades chave que não estamos conseguindo manter o profissional.

Dentro dos instrumentos e fontes, os principais instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal ao Programa Anual de Saúde, os projetos de leis orçamentárias anuais, a questão de metas e a Agenda 2030.

Então, nós temos um Plano Municipal de Saúde, 2022 a 2025, que vou apresentar daqui a pouco os resultados, uma agenda para 2030 e o orçamento cidadão 2024. Fonte de recurso, Tesouro Municipal; financiamento do Banco Interamericano, o BID e transferência de outras fontes.

Aqui, dentro do Programa de Metas 2020-2024, temos como primeiro, implantar o prontuário eletrônico em 100% das unidades. Como comentei, temos praticamente 85% já concluído e vamos fechar o ano com 100% da implantação.

Segundo, implantar 40 novos equipamentos de saúde no Município. Nós temos uma meta de 40, já em 2023, foi repactuado para 30, e já conseguimos alcançar as 29 unidades. Reformar e reequipar 300 equipamentos de saúde do município, uma meta inicial de 300, uma repactuação com 280 e cumpridas as 280 reformas em equipamentos dessas unidades.

Implantar 16 serviços de saúde bucal na atenção básica especializada e rede de urgência e emergência, uma meta de 16, foi repactuado em 10, e já feitas nove unidades com a parte de saúde bucal. Implantar seis centros de dor, temos uma meta inicial de seis, repactuada em cinco, já atingimos quatro.

Implantar seis novos centros de atenção psicossocial, os CAPS, a meta eram seis, já atingimos seis novas unidades. Implantar 100 equipes de estratégia saúde da família, a meta inicial era 100, foi repactuada 80, já atingido, em setembro, 69. E já projetado para fechar o ano, quase 80 novas equipes.

Implantar quatro protocolos integrados de atendimento a primeira infância, foi uma meta de quatro, repactuada em uma, já feito esse protocolo integrado. Implantar seis equipes de consultório na rua, a meta inicial eram seis, foram repactuadas três, mas voltamos para seis e vamos concluir as seis unidades agora no final do ano. Uma já está em funcionamento, não está aqui atualizado, mas já fechamos o ano com as seis unidades.

Implantar 15 equipes do Programa Acompanhamento do Idoso, a meta inicial eram 15, foi repactuado para cinco. Será atingido agora, no final do ano, quatro unidades e fechamos, só em 2024, com o restante. Inaugurar o primeiro Centro de Referência à Saúde Integral da População Trans, a meta era um, foi feito, não teve repactuação. Aberta a unidade, já em funcionamento, inclusive, com a capacitação dos profissionais, principalmente no quesito harmonização.

Implantar o hospital veterinário. Tínhamos a meta de mais uma unidade, tiramos essa meta, entendemos que as quatro unidades, hoje, acabam atendendo bem a demanda. Então, estamos estudando para o ano que vem se vamos colocar novamente ou não.

Implantar três centros especializados em reabilitação, a meta inicial eram três, foi repactuado em uma, já está aberto o Centro de Reabilitação. Implantar 15 unidades de pronto atendimento, as UPAs. A meta inicial, 15, foi repactuada em 12, feitas 10 e mais quatro em andamento. Então, voltamos na meta inicial das 15 unidades.

Dentro do Programa de Metas temos três pilares. Dentro das necessidades as soluções e os recursos. As necessidades, temos de enxergar os vazios assistenciais, então, ainda temos algumas regiões na cidade de São Paulo com vazios, que precisamos entender como resolver. Olhando a questão, a UPA atende muito bem, mas a UPA, sem o hospital de referência, acaba mantendo o paciente no leito, que não é a ideia. A ideia é que a gente consiga fazer o pronto atendimento, a estabilização, a classificação, e ter a unidade de referência. Então, em algumas regiões de São Paulo enxergamos, uma delas é a região da Penha. Existe um vazio que nos preocupa ali, tanto quando olhamos a Penha, Cangaíba, há uma situação que enxergamos como uma necessidade de reestruturação e dentro de um curto prazo.

Maior demanda de serviços específicos. Temos um *gap* muito grande ainda com a questão especialidades. Conseguimos fazer um bom atendimento na parte primária, conseguimos hoje ter as UPAs e as unidades hospitalares, mas temos a questão das especialidades, que precisam ser supridas. E temos uma carência, infelizmente, no mercado tanto público quanto privado, de algumas áreas de especialidades. Citando um exemplo, hoje, neuropediatria, neurologia, anestesista, psiquiatra, são especialidades que temos algumas dificuldades. Mas entendemos que há uma demanda importante que precisa ser suprida.

Qualificação dos equipamentos existentes. Temos feito como necessidade, ampliação de protocolos e voltados também à questão de qualidade. Iniciamos na Secretaria a creditação de 380 unidades básicas de saúde, para melhorar a questão dos processos. E dessa forma, também qualificar as linhas de cuidado.

Automatização dos processos de trabalho. Conforme estávamos falando anteriormente sobre o prontuário, mas existe na ponta ainda uma questão que precisamos automatizar, desde uma abertura de ficha, desde a emissão de um receituário, hoje ainda temos um ciclo de papel muito grande. E essa automação, entendemos que é benéfica, inclusive, para o usuário.

Algumas soluções que enxergamos, novos equipamentos. Fizemos um desenho de todos os subdistritos do município de São Paulo, entendendo onde havia esses vazios e como podíamos suprir essa necessidade. A ampliação dos serviços, como falamos, um deles que tem sido muito benéfico é a questão dos HDs, as cirurgias de baixa e média complexidade, tem conseguido rodar bem. Obviamente, um hospital dia com uma internação pela manhã, cirurgia e ir embora. Então, não é um hospital que se consiga rodar média e alta complexidade.

Reforma dos equipamentos. Temos feito bastantes reformas, há alguns projetos, inclusive, agora, aguardando para fazer o retrofit dos 12 hospitais da direta, tentando melhorar a qualificação, inclusive, a parte de equipamentos. Reequipagem entra dentro disso, as novas ferramentas tecnológicas, o prontuário e alguns ciclos de digitalização, inclusive, a questão da medicação na ponta.

Temos feito um trabalho muito árduo na ponta para não deixar faltar medicamentos e insumos. Claramente, é uma logística muito grande, é um município enorme, são 470 unidades que tem de ser abastecidas de sete em sete dias. Mesmo usando toda a tecnologia, existe uma questão de consumo médio mensal, variação por sazonalidade e temos de usar a tecnologia para isso. Conseguimos pela primeira vez na história, ficar cinco semanas sem faltar nenhum medicamento nas unidades básicas. Obviamente, é um grande desafio e, às vezes, temos questões mercadológicas que fogem ao nosso controle. Mas temos procurado as ferramentas tecnológicas nesse sentido.

Os recursos. Procuramos fazer um bom planejamento, a priorização dessas despesas. O Projeto Avança Saúde e a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram uma grande ajuda, inclusive, pela questão das entregas. Utilizamos a metodologia banco, verificador independente, o que deu celeridade, inclusive, nas obras e uma situação de muita transparência.

Emendas parlamentares. É uma fonte de recurso importantíssima, e o aprimoramento do processo para captação de repasse. Aí temos a área da gestão participativa, que faz todo esse aporte.

Aqui, vou mostrar o exemplo de algumas unidades, o Hospital Integrado Santo Amaro, o CAPS Infante Juvenil da Penha, a UPA Júlio Tupy. Então, se pegarmos o inquirimento da rede desde 2017, em 2017, tínhamos 453 unidades básicas, hoje são 469; dos CAPS, eram 83, em 2017, hoje são 102 CAPS; o DST/AIDS, 25 unidades, hoje 27; Atenção de Saúde Bucal, eram 34, hoje são 39; unidades de urgência e emergência, eram 35, hoje são 50; hospitais, em 2017, eram 19, hoje são 25. Então, houve um crescimento importante na saúde. É claro que, também com esse crescimento, existe uma questão de investimento que precisa ser acompanhada.

Estratégia Saúde da Família, são 184 equipes; das 330 UBS, são 1.664 equipes e 9.417 agentes comunitários da saúde.

Outros exemplos de inauguração: o AME e o CEU Capão Redondo, a UBS Jova

Rural. Temos também novas instalações, como o CER III Sapopemba, a UBS Parque Imperial, UBS Vila Anastácio. Temos também a reforma de duas UBS e de um SAE. De reequipagem, nós temos a compra dos aparelhos de anestesia do Hospital Municipal Dr. Moisés Deutsch, das macas ginecológicas para atendimento das mulheres com deficiência, fizemos aquisição também de um tomógrafo de 32 canais para o Hospital Menino Jesus.

Como ferramenta tecnológica de investimento o E-Saúde, o grande repositório da saúde. Não sei se todos têm conhecimento, mas o E-Saúde é mais do que um aplicativo, ele é um grande repositório onde a gente quer trazer todos os dados da ponta para dentro desse grande repositório e também permitir o acesso a todos.

O que isso significa? A gente conseguir realmente monitorar e acompanhar o paciente, entender o que o paciente está fazendo, como ele está sendo acompanhado, que exames foram realizados. Hoje a gente tem uma deficiência: o paciente passa em uma unidade básica, coleta um exame, passa em outra unidade básica e, às vezes, realiza o mesmo exame sem nenhuma comparação de um com o outro. O repositório, além da inteligência artificial por trás, vai permitir ter um prontuário unificado de todo o cidadão. Então, qualquer médico, em qualquer unidade, poderá acessar.

Esse é o E-Saúde, uma das ferramentas que a gente está desenvolvendo. É claro que a gente precisa do prontuário na ponta, para que a gente tenha 100% desses dados sendo alimentados.

A gente vai falar agora da fonte de recursos. Começando pelo Fundo Municipal da Saúde e o HSPM, a gente vê que praticamente 84% dos recursos da saúde vêm em fonte 00: São 15.304 bilhões de reais; de operação de crédito, 60 milhões; transferências federais, 2,6 bilhões; transferências estaduais, 99 milhões; outras fontes, 1,5 milhão; recursos próprios da Administração Direta, 12.800 milhões; receita condicionada, 62 milhões; Tesouro Municipal, recursos vinculados, 3,2 milhões; transferência federal de custeio Covid, 13.200,00; transferência do investimento também Covid, só que Fundo, 13.200,00. Total da Saúde: 18,2 bilhões, sendo 84% fonte 00.

Se a gente pegar a evolução do Orçamento com utilização fonte 00, a gente pode notar que: em um comparativo de 2016 a 2024, o município aumentou a utilização dos seus recursos, mas diminuiu a fonte federal e a fonte estadual. Em 2016, a gente tinha uma média de 75% de fonte 00 e passamos a quase 84% em 2024.

Se a gente comparar o recurso fonte federal: em 2016, nós tínhamos em torno de 23%, 24%; hoje são 14%. O Estado permaneceu em torno de 0.5% e continua em torno de 0.7%. Então, graças aos Vereadores, ao Prefeito, que a gente consegue manter a Saúde, mas com a fonte 00.

Dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, nós temos 17,7 bilhões do Fundo Municipal de Saúde; e para o Hospital do Servidor, 468 milhões; um total geral de 18,2 bilhões.

Se a gente pegar um consolidado entre a atividade, a gente tem quase 15,5 bilhões. Pessoal, reflexo, folha de pagamento correspondem a 2,3 bilhões; entre projetos, 138 milhões; auxílios, 295 milhões, totalizando aquele recurso anterior de 18,2 bilhões.

O Orçamento atualizado em 2023: nós nascemos com um projetado em torno de 14 bilhões e fechamos o ano com praticamente 19 bilhões.

Se a gente pegar aqui o orçamento por ação, a partir de 2024, do Fundo Municipal de Saúde, a gente vai ter para atividade aqueles 15,2 bilhões; reflexo, pessoas, folha, 2 bilhões; projeto, 138 milhões; auxílio, 269 milhões, compondo 17,7 bilhões. A gente tinha como um orçamento atualizado, em 2023, 18,5 bilhões, que já foi executado.

Ainda dentro do orçamento do Fundo Municipal da Saúde, por órgão discriminado, nós temos o seguinte: administração da unidade, 225 milhões; administração de material médico hospitalar e ambulatorial em atenção básica, 420 milhões; administração de material médico hospitalar em atenção hospitalar, urgência e emergência, 245 milhões; aquisição de material, equipamentos e serviços informação e comunicação, 14,6 milhões; capacitação, formação e aperfeiçoamento de servidores, 3,6 milhões; contraprestação de parcerias público-privadas é insignificante, mil reais; manual e operação de atenção hospitalar de assistência farmacêutica,

64 milhões; manutenção e operação de serviço de atendimento médico de urgência - o SAMU, 122 milhões; manutenção e operação de sistemas de informação e comunicação, 200 milhões; Vigilância e Saúde, 172 milhões; programas de estágio, 14 milhões; programa Melhor em Casa, 12 milhões; operação dos Conselhos Participativos Municipais, 491 mil; o DST Aids, 22 milhões; atenção básica, especialidades e serviços auxiliares, 7,3 bilhões; atenção básica, especialidade e vigilância, 527 milhões; atenção hospitalar, urgência e emergência, 4,6 bilhões; operação em serviço de saúde animal – Cosap, 32 milhões; publicação de editais e outras publicações de interesse municipal, 109 mil; publicidade de utilidade pública, 547 mil; publicidade institucional, 547 mil; realização de conferências municipais temáticas, 175 mil; sistema municipal de regulação, controle, avaliação e auditoria do SUS 1,25 bilhão; totalizando 15,2 bilhões.

Orçamento por órgão: Do HSPM, nós temos um orçamento de 468 milhões, sendo de atividades, 162 milhões; pessoa, reflexo, folha, 279 milhões; projeto, três mil; auxílio, 26 milhões. Tinha um orçamento atualizado para 545 milhões.

Ainda dentro do orçamento do HSPM, por atividade: administração da unidade, 13.911 milhões; aquisição de materiais, equipamentos e serviços de informação e comunicação, 3.560 milhões; execução de serviços médicos de tratamento e radioterapia, 3.170 milhões; manutenção e operação de sistemas de informação e comunicação, 5.450 milhões; manutenção, operação e atenção hospitalar, urgência e emergência, 136.714 milhões. Total geral de 162 milhões.

Orçamento de investimento – 2024: Nós temos uma projeção de ampliação, reforma e requalificação de equipamentos de atenção básica e especialidades orçado para 1.248 milhões; ampliação reforma e requalificação de equipamentos de atenção hospitalar de urgência e emergência, 3.526 milhões.

Avança Saúde: ampliação reforma e requalificação de equipamento de saúde, 100.871 milhões; BID, ampliação reforma e requalificação de equipamentos de assistência hospitalar, dois mil; construção, implantação de equipamentos de atenção básica e especialidades, 20 milhões; construção, implantação e equipamento de saúde animal, 7.851

milhões; construção e implantação de equipamento em atenção hospitalar, urgência e emergência, cinco milhões; desenvolvimento de sistemas de informação e comunicação, dois mil. Total geral: 138 milhões para investimentos/2024 pelo Fundo Municipal de Saúde mais Hospital do Servidor Público.

Nós já temos 11 obras concluídas de 2023, dentro os investimentos de obras e reformas. Temos a UBS Integrada Jardim São Jorge, cuja obra foi de manutenção, com custo de 1.760 milhão; UBS Integrada Jardim Santo André, também foi um tipo de obra de manutenção, 2.158 milhões; UBS integrada Vila Nova Jaguaré, também uma obra de manutenção, 2.545 milhões. CCI Leste foi uma requalificação do serviço, um investimento de 8.235 milhões; Complexo Santa Cecília foi uma obra de manutenção, que é a do Centro, 2.334 milhões; UPA Atualpa, um equipamento novo construído no investimento de 9.393 milhões; UBS Guarani também é um equipamento novo, com investimento de 8.765 milhões; UBS Jardim Abril foi uma obra de manutenção, 2.212 milhões; UBS Keralux foi um equipamento novo, investimento de 8.300 milhões; UBS Vila Ramos/ Freguesia do Ó foi uma obra de manutenção 1.797 milhão; UPA Carrão, um equipamento novo, recém inaugurado, 13.120 milhões. Total de obras concluídas, investimentos realizados: 60.626 milhões.

Temos 16 obras em andamento, sendo: CIES Luz/Campos Elísios, com um custo total de 5.930 milhões; UBS Parque das Flores, custo total de 8.058 milhões; UBS Cosmopolita, 8.101 milhões; AMA/ UBS integrada Jardim da Conquista II, 8.120 milhões; UBS Jardim Popular, 13.827 milhões; UBS Jardim Antártica, 6.902 milhões; UPA Jardim Peri, 15.268 milhões; UBS Malta II, 11.090 milhões; UBS Caju, 11.115 milhões; UPA Rio Pequeno, 13.866 milhões; UPA Lapa, 21.517 milhões; UPA Sapopemba, 19.350 milhões; UBS Reimberg, 8.492 milhões; UBS Parque Santo Antônio II, 8.827 milhões; UBS Cidade Dutra, 9.607 milhões; e UBS Jardim São Bernardo, 10.010 milhões. Total de novos equipamentos e instalações: 180 milhões, sendo 16 obras já em andamento com todas as entregas previstas para o final de 2023 e 2024.

Novos equipamentos e instalações também com 11 obras em andamento e entregas previstas para 2025: a UBS Jardim Brasília, com um custo total de 18.810 milhões; UBS

Primavera Colorado, 11.175 milhões; UBS Vila Rubim, 11.212 milhões; UPA Grajaú, 17 milhões; UBS Jardim Helena, 10.048 milhões; UBS Jardim Kioto, 11.271 milhões; UBS Jardim Progresso, 10.650 milhões; UBS Ipojuca, 10.130 milhões; UBS Jardim Lapenna, 10.357 milhões; UBS Real Parque II, 11.474 milhões; e o CIES Tatuapé, 11.272 milhões. Total de 133 milhões previstos da novos equipamentos e instalações para 2025, sendo 11 obras em andamento.

Nós temos também quatro obras em andamento com previsão de entregas de algumas para o final de 2023; e outras, no meio de 2024, que é UBS Jardim Tietê e o Hospital Dia São Mateus, com custo total de 8.227 milhões; a UPA Atualpa, 13.044 milhões; a UPA Jardim Helena, 11.753 milhões; e a UPA Vila Maria Baixa, 9.938 milhões. Total de 21.271 milhões de quatro obras que já estão para ser entregues entre 2023 e 2024.

Nós temos também nove obras a iniciar pelo Fundo Municipal e de Desenvolvimento Social – FMD, através da PPP, que é a UPA Jardim Peri, num total de 2.529 milhões; a UPA Caju, 3.242 milhões; a UBS Malta II, 1.106 milhões; a UPA 21 de Junho, 8.549 milhões; a UPA Lapa, 3.542 milhões.

Temos também a realizar reformas no Hospital Dr. Benedito Montenegro. A gente está fazendo essas reformas dos hospitais primeiramente por ata, mas a ideia é migrar isso para o BID, fazer a transformação e utilizar o início das obras como contrapartida. O total é de 20 milhões de obras a iniciar pelo Fundo Municipal e pela parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Questão de investimentos, gestão e controle: a gente tem feito um investimento, não sei se é de conhecimento de todos, do Sicap, que vem para substituir o sistema chamado SAS/WEB, para que a gente consiga ter uma melhor transparência nas contas, principalmente dentro dos contratos de gestão. O Sicap está sendo desenvolvido da ponta, não é um sistema de prateleira, e ele está entendendo desde a formação de um plano de trabalho até a execução e a prestação de contas. É um sistema bastante robusto e, com certeza, também bastante dificultoso. A gente tem utilizado um time de 15 pessoas, incluindo ex-Secretários de Fazenda, pela complexidade que é a prestação de contas desse contrato, principalmente a apuração dessa

questão de execução.

A implantação da plataforma E-Saúde, como eu comentei anteriormente, é um repositório com todos os dados que permite ações mais direcionadas e um monitoramento muito mais efetivo: módulos de apoio para linhas de cuidado, a questão do App para o usuário; a telemedicina que a gente comentou, os consultórios digitais que começamos na zona Sul, que teve uma boa aceitação e, mais do que isso, uma resolutividade no atendimento.

Temos também o sistema de gestão de compras. A gente está fazendo agora um controle que unifica o centro de distribuição às farmácias tanto das unidades básicas, como as farmácias dos hospitais. A ideia é que a gente consiga chegar na conta individual, dispensação indivíduo a indivíduo, e não mais a gestão somente do estoque. E o prontuário eletrônico local, como eu comentei, já está 85% implantado e esperamos fechar o ano com 100%.

Dentro dos investimentos do Hospital do Servidor Público Municipal, nós temos um valor estimado para a entrega de 2024 de 9.760 milhões; e, para 2025, 4.584 milhões, com um total de investimento de 14.344 milhões, por intervenções na parte do complexo hospitalar.

Dentro do Orçamento Cidadão, há os seguintes compromissos: iniciar as atividades da UPA Vila Maria Baixa, na Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme, no valor de 8.108 milhões; executar a construção da UPA Sapopemba, no valor de 15.820 milhões; iniciar a construção da UPA Cidade Ademar, 12.097 milhões; implantar nova equipe do Programa de Acompanhamento do Idoso – PAI – na Subprefeitura da Vila Mariana/Jabaquara, 660 mil; implantar a UPA Atualpa na Subprefeitura de Itaim Paulista, no valor de 13.044 milhões; e implantar o CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa na Subprefeitura da Sé –, no valor de 120 mil. Então, o compromisso com o Orçamento Cidadão totaliza 49 milhões.

No que tange a hospitais, projetos de reformas e ampliações, temos: José Soares Hungria, já na Fase 1 de reforma e ampliação; o Alípio Correa Neto também na Fase 1 da reforma; o Waldomiro de Paula na Fase 1 da Reforma.

Resumindo, para não ler um por um: nós pegamos todos os hospitais, principalmente os da direta, e fizemos um estudo para ver os que precisavam de reforma e ampliação e os que

precisavam somente de alguma manutenção. E praticamente quase todos entraram numa reestruturação retrofit; e, alguns, com necessidade muito grande de ampliação de leitos pelas regiões, que ampliaram e cresceram.

Aqui é o que acabamos soltando.

O início da execução das obras deve ser agora em dezembro.

Isso é tudo. Fico à disposição para perguntas, para qualquer dúvida que tenham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Maurício.

Convido para a Mesa o nosso querido Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, que está acompanhado da Tamires.

Rodrigo, primeiramente, obrigado pela presença.

Passo a palavra a você para as suas considerações.

Você tem exposição a fazer? (Pausa) Somente fala? Fique à vontade.

Você está com problema de árvore na cidade?

Primeiro, está uma dificuldade para tirar uma árvore, né?

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Vereador, estamos com um problema de concessionária na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora?

Nós brincamos, mas é uma dificuldade essa compensação ambiental, Rodrigo. Eu sei da dificuldade. E a natureza, né, infelizmente... Eu não sei dizer quantas foram no total.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – O total de árvores no município?

Em parques, foram 407 árvores; em rua, 287 árvores.

Basicamente, o que caiu foi por...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Setecentas árvores?

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Quase mil: oitocentos e... novecentos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Alguém falou 1400.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – É quase mil. Mas a maior parte caiu dentro de parque, os danos foram menores; e nós conseguimos repor facilmente.

Natural e esperado, porque árvore é um ser vivo – nasce, cresce e morre. E, se pega um vento de 100 km/h, é bem provável cair.

Na rua, basicamente, o que conseguimos ver é que as árvores que caíram não teriam caído se o vento tivesse vindo de outro lado, porque, nitidamente, vê-se o corte, a poda da raiz, de forma indevida – para consertar calçada, as pessoas fazem a secção da raiz. De um lado tem raiz, e, do outro lado, não tem; se bater o vento onde não tem raiz, cai.

Ainda temos um monte de poda irregular, a despeito de termos feito treinamento com a Eletropaulo e com a Enel. Aliás, eu não sei se o pessoal da Enel foi mandado embora ou não – que tinham feito o curso de poda conosco. Fomos nós que capacitamos 300 pessoas, dez equipes, da antiga Eletropaulo, para não fazerem mais essa poda em “V”, que é uma poda predatória; e eles continuam fazendo.

Temos algumas coisas para ajustar na cidade. Mas ontem tivemos uma reunião comprida com o Prefeito, com o Governador, com todas as concessionárias, e o que ficou claro é que nós precisamos de um novo entendimento na cidade de como fazer essa gestão; e as concessionárias precisam ouvir um pouco mais o Poder Público e atender bem mais os cidadãos, porque, de todas as concessionárias, algumas...

A Grande São Paulo toda sofreu. O raio de ação dessa frente de vento foi de 400km, pegou o estado inteiro. E em algumas cidades da Grande São Paulo, onde é outra concessionária, a luz foi restabelecida, independentemente de tamanho ou de população. Por exemplo, Araraquara teve 250 quedas de árvore na rua – é uma cidade muito menor, com muito menos árvore na rua, e a energia foi restabelecida em 32 horas. É bem razoável. Não é bom, mas razoável.

Nós estamos, hoje, terça-feira, ainda, com 300 mil domicílios sem luz. Não tem justificativa nenhuma. Não adianta dizer que é a Prefeitura que precisa ir fazer a poda; nada, basicamente é religação. Tivemos problema com hospital, posto de saúde, escola. A Prefeitura

e o Governo do Estado tiveram que sair correndo no domingo para alugar gerador para poder acontecer a prova do Enem. Eu acho que o Poder Público fez a sua parte.

Nós precisamos de um novo marco regulatório. As concessões estão vencendo.

E até aproveitando que é uma audiência pública, eu acho que a população precisa ficar bem de olho. A primeira retomada de concessão, a primeira concessão novamente feita para energia elétrica é a do Espírito Santo, e vai servir de baliza para São Paulo. Então, nós precisamos nos manifestar e dizer o que está errado, porque tem toda a questão de ressarcimento, que não está prevista nos contratos de concessão. Tem uma portaria da Enel que prevê o ressarcimento somente por dano elétrico. E quem perdeu o que estava no freezer? E quem perdeu a comida? E quem perdeu o leite do filho? Quem teve filho internado, insulina e tudo o mais, que fica em geladeira? Isso não está previsto nem na concessão e nem em lugar nenhum. Então, precisamos ficar bem atentos para esse tipo de movimento e para essa nova concessão que virá. A primeira, repito, será no Espírito Santo; depois, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Precisamos prestar bastante atenção às responsabilidades de quem faz a gestão de um bem que é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, apenas para comunicar que nós estamos, de forma *on-line*, com o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva; e com o Vereador Celso Giannazi. E eu registro, para quem chegou depois, que as inscrições ainda estão abertas.

Obrigado. Desculpe a interrupção, Secretário.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Nada, é bom falar. Ontem passamos o dia inteiro cuidando disso; uma reunião de secretariado permanente para cuidar disso.

Falando agora sobre o orçamento, eu queria dar um panorama genérico.

Obviamente, a secretaria é muito menor, em tamanho de funcionários e de equipamentos, do que a Secretaria de Saúde. Nós temos uma parceria muito boa com a Secretaria da Saúde. Então, eu queria dar uma visão do que nós temos em execução do orçamento atual.

Temos 57% do orçamento executado até setembro. E considerando as ações em andamento, especialmente a transferência de previsão de investimentos para desapropriação, para implantação de novos parques – Morumbi Sul, Cabeceiras e Juta –, nós vamos fazer uma transferência de recurso para pagar a indenização, colocar definitivamente esses imóveis em nome da Prefeitura e fazer a implantação dos parques.

Do ponto de vista de execução, nós esperamos, até o final do exercício, ter executado, senão 100% do orçamento, noventa e nove ponto qualquer coisa, se sobrar alguma coisinha. A execução da Secretaria melhorou muito.

Falando agora especificamente da evolução orçamentária e do orçamento de 2024.

Há um crescimento deste ano, 2023, para 2024; e um crescimento significativo do orçamento da Secretaria e das ações de meio ambiente na cidade. É um crescimento constante de 2019 para cá.

Apenas para citar a evolução, a diferença do orçamento do exercício de 2019-20, para o anterior, foi um crescimento de 7%; o segundo, 2020-21, teve uma queda de 7%; o orçamento 2021-22 teve um crescimento de 80%; o orçamento de 2022-23 teve um aumento de 19%. E o orçamento de agora tem mais um aumento de 14,79%.

Em números, o orçamento em 2019, que era de 219.900 milhões – 220 milhões –, hoje está bem razoável na Fonte 00, que é Tesouro, com 514.469 milhões de reais. Então, são 51 milhões no Fundo de Meio Ambiente, 43 milhões no FMSAI, 50 milhões no Fundurb, dando um total orçamentário para a Secretaria de 658.911.079,00 necessário e suficiente para que executemos o que temos de executar.

Queria apenas destacar três ou quatro pontos importantes no orçamento atual.

Destinados à implantação de parques e unidades de conservação, 50 milhões. Somente na Fonte Tesouro – não falo nem de fundo e nem de nada –, temos previstos 50 milhões para a implantação de novos parques e unidades de conservação. Para custeio dos parques, temos 320 milhões. E temos 20 milhões para plantio na cidade. Essas são as três metas da Secretaria – plantio, instalação de parques e conservação.

O que eu acho importante destacar com relação ao orçamento e ao seu crescimento – seguindo um pouco a orientação e a determinação do Prefeito Ricardo Nunes – é que temos olhado para as implantações e para a responsabilidade fiscal da criação de novas unidades.

Eu não posso criar um parque sem a contrapartida do custeio. Eu adoraria transformar a cidade inteira em parque, mas eu tenho que pagar, e parque custa caro. Então, nós temos que criar os parques e criar as unidades pensando em como pagamos o custeio – vigilância, manutenção e manejo.

Os dados gerais do orçamento apontam para crescimento e para a possibilidade de a Prefeitura manter as ações de arborização – somente de plantio direto da Secretaria são 45 mil árvores por ano. Já implantamos quatro; e já estou contando cinco, porque um já está pronto – devemos entregar o Água Podre nas próximas semanas. Então, da meta de nove, já temos cinco entregues. A meta seria entregar nove, e entendemos que vamos entregar pelo menos mais cinco ou seis. É o provável. E temos em andamento 99 licitações para requalificação de parques. Então, estamos com um orçamento equilibrado, com o valor necessário e suficiente para as ações da Secretaria, com capacidade para executar.

E eu queria destacar um compromisso que vem desde o ex-Prefeito Bruno Covas e foi mantido pelo Prefeito Ricardo Nunes: manter as ações voltadas ao meio ambiente em mais de 1% do orçamento.

Se somarmos tudo que a Prefeitura tem feito em termos de ação direta, considerando implantação de parques, custeio de parques e arborização, e considerando tudo que a Prefeitura faz, para além do que a Secretaria já faz, temos uma destinação de 0,9% do orçamento. Basicamente, 1%. Se considerarmos as ações que as outras secretarias fazem, que não estão diretamente ligadas às ações de arborização e implantação de parques, que são ações voltadas à segurança das pessoas, saúde, educação, inclusão, gênero, a Prefeitura gasta muito mais que 1% com meio ambiente.

Eu queria deixar destacado que a Secretaria respeita e apoia o pleito desse gasto. Entendemos que é justo que a cidade gaste bem mais de 1% com ações ambientais; mas a

Secretaria também entende que a sociedade civil precisa entender que existem ações de meio ambiente em quase todas as secretarias da cidade.

Era isso. Eu deixo aberto.

O mais importante é que ouçamos e respondamos as perguntas.

Só para reforçar: o orçamento de 2024 garante integralmente dinheiro para o cumprimento das metas e para aquilo que a população tem pedido, que é arborização, tratamento da arborização, que é o custeio, e implantação de novos parques.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado, Secretário Rodrigo Ravena.

A Fazenda quer fazer alguma manifestação?

Hoje, a Fazenda está sendo representada pelo Dr. Sandro Luis Palanca.

O SR. SANDRO LUIS PALANCA – Obrigado, Vereador.

Apenas uma saudação a todos. E desejar que os trabalhos continuem ouvindo a população, com a sua abertura de fala, que é o mais importante que temos nesta audiência pública.

Agradeço a participação. E permaneço.

Caso surja alguma dúvida, se eu não souber responder, eu posso encaminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos chamar os inscritos presenciais e *on-line*.

Os Vereadores que estão *on-line*... porque tem Vereadores que não são da Comissão, e, às vezes, eles têm também reunião da comissão deles. Então, eu sempre permito que eles participem conforme o tempo deles, os que estão *on-line*.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, Rafael.

Desculpe o descuido. Eu o consultei, e não passei a palavra. Desculpe.

O SR. RAFAEL VALVERDE ARANTES – Imagine, Presidente.

Eu sou o Rafael, Coordenador de fiscalização da área do Tribunal, que audita, entre outras, a Secretaria de Saúde.

Queria, primeiro, parabenizar a Câmara, o Presidente da Comissão, e o Relator, pela iniciativa.

Saibam que lá no Tribunal, quando fazemos o planejamento das atividades do ano seguinte, que é o momento em que estamos nesse período do ano, nós nos baseamos muito na proposta do orçamento que vem para a Câmara, para termos uma ideia onde o recurso será aplicado, quais serão as principais prioridades do Poder Executivo, para também planejarmos as nossas ações.

Ter a oportunidade de participar dessas audiências públicas temáticas, desse destrinchamento do orçamento por tema, é muito legal, muito relevante para nós, e de grande valia.

Quanto à apresentação do pessoal da Secretaria de Saúde, queria, primeiro parabenizar também porque eu acho que foi muito didática muito clara e fazer pequenas observações.

Primeiro, dizer que, como eu disse, antes que a gente está nessa fase de planejamento das ações de auditoria para o ano que vem, fiquei bastante contente porque os destaques que o pessoal da SMS fez dos principais assuntos são muito coerentes com aqueles assuntos que a gente pretende auditar no ano que vem. É um sinal de que a gente está conseguindo compreender bem as principais prioridades do município na área de saúde.

Outro comentário, uma sugestão para vocês até para aprimorar para os anos seguintes é que a gente vê na apresentação da Secretaria de Saúde que grande parte do orçamento, aproximadamente, 12 bilhões estão nas manutenções e operações das unidades assistenciais e unidades hospitalares.

A gente sabe que muito desse valor desse recurso é aplicado e gerenciado pelas Organizações Sociais nos contratos de gestão. Então, considerando que é uma parcela do orçamento que não é diretamente executada pelo município, eu acho que seria interessante esse destaque quando for apresentar nessa modalidade de aplicação, porque acho que é uma coisa bastante importante e é um foco de atenção muito grande do Tribunal quando vai fazer suas

auditorias e também da Secretaria. Como a gente viu, eles estão investindo em sistemas para controlarem melhor essas parcerias, inclusive, fizeram uma apresentação no Tribunal, recentemente, que foi excelente sobre o sistema novo que se pretende contratar.

Então, a gente fica essa sugestão de destaque para quando vocês puderem trazer o tema a conhecimento da sociedade.

Obrigado, Presidente; obrigado, colegas.

Boa continuidade dos trabalhos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Vamos começar pela chamada *on-line*: Fernanda Cabral. (Pausa) Michele Dubus. (Pausa) Luciane do Sindsep. Está presencial? Espere mais um pouquinho. Rubens Herculano Coelho (Pausa). Agora, tem a Associação Cultural Dan IGBO. (Pausa) Luba Melo (Pausa).

Está presente o Vereador Celso Giannazi.

Temos a Silvia Helena Soares Barbosa, de forma *on-line*. É a última inscrição *on-line*.

A SRA. SILVIA HELENA SOARES BARBOSA - Bom dia a todos e todas.

De início, eu queria fazer uma pergunta em relação à questão da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não está perfeito. Você precisa se conectar melhor. Segue. Vamos lá. Tire a imagem que, talvez, melhore.

A SRA. SILVIA HELENA SOARES BARBOSA – Queria fazer umas perguntas para a Secretaria de Saúde.

O que foi colocado é muito relativo, muito complexas as coisas, mas, na realidade, eu sou uma usuária, e a realidade não convém com o que se diz, como, por exemplo, eu vou fazer uma pergunta: nós temos fila de espera para a mamografia, a regulação do município alega que as pacientes faltam ao exame. Quero saber quais são as ações realizadas para buscar essas mulheres? Porque eles dão uma ligada, a pessoa não atente, eles esquecem não ligam mais. Se a pessoa está no trabalho? Então, isso é um problema.

Outra coisa: nós, mulheres, precisamos saber quantos mamógrafos há no município

e quantos há funcionando? Porque isso é importante para nós. É importante para nós sabermos quantos ginecologistas há na Secretaria de Saúde atendendo nas nossas unidades? Quantos ginecologistas têm em cada unidade e quantas horas eles atendem? Porque eu estou fazendo essa pergunta? Porque na UBS de onde eu resido não tem ginecologista. Estou à espera desde fevereiro.

Nós temos um grupo de mulheres em que discutimos a questão da saúde da mulher na nossa região, e eu estou falando em nome dessas mulheres entendendo. Então, isso não confere. A UBS está um caos; a UBS que tem estratégia da saúde da família e têm especialistas, que avaliam o paciente de forma integral e quando essas mulheres precisam ser encaminhadas para um ginecologista, como elas vão ser atendidas? É horrível atendimento.

Quantas unidades de referência têm supervisão de saúde na cidade de São Paulo? A gente precisa de serviço especializado de média e alta complexidade, especialistas. Nós não temos.

Qual é o tempo de espera para conseguir ser atendida por um oncologista? Mulheres com resultado de biópsia. Eu fiquei seis meses esperando mastologista para passar o exame. Está sendo cumprida a lei dos 30 dias? Não está sendo cumprida, porque eu fiquei seis meses aguardando.

E quero fazer uma pergunta, Jair, diretamente para a Dra. Elizabete, do Servidor Municipal: qual é o procedimento, a avaliação e o prazo de cirurgia? Porque eu tive minha mãe com problema do uterino, eu tive que recorrer à Secretaria, se não, eu ia atrás do Ministério Público. Falei com V.Exa.

Outra coisa: já tive o mesmo problema, só uma última coisa, Vereador Jair. Só quero tirar uma dúvida sobre a UPA do Jardim Helena. Foi colocado que ela, em 2024, terá 12 milhões; para 2025, serão 10 milhões. Eu não estou entendendo. Eu quero tirar essa dúvida. Ela sai quando? Quando essa UPA sai? É importante. A saúde da mulher está escassa na cidade de São Paulo precisa ser melhorada.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Silvinha.

A primeira inscrição presencial é a Heloisa de Souza Ribeiro Oliveira; em seguida, o André Bernardinho da Conceição.

A SRA. HELOÍSA DE SOUZA RIBEIRO OLIVEIRA – Bom dia a todas e todes.

Agradeço a oportunidade desta audiência, também, a oportunidade de estar falando. Meu nome é Heloísa. Sou do segmento usuário da supervisão técnica de saúde da Vila Mariana, do Hospital Maternidade Amparo Maternal e do Ambulatório de Especialidades Dr. Alexandre Kalil Yasbeck.

A parte principal da minha fala é para solicitar que a reforma do ambulatório de especialidades seja realizada na região Vila Mariana.

Houve um projeto amplamente discutido com controle social, trabalhadores e toda a hierarquia de supervisão técnica da Vila Mariana, Coordenadoria Sudeste, Secretaria Municipal de Saúde, quando foi construído um projeto pelo arquiteto da Secretaria que finalizou em junho de 2021.

Esse projeto tem uma planilha de orçamento financeiro planejado para um ano; a data dele é de junho de 2021. Então, ele deveria ter terminado em 2022. Até o momento, não tivemos essa reforma. O que nós tivemos aprovados foram apenas reparos.

Eu queria ressaltar o seguinte: esse ambulatório que é da administração direta é fundamental na rede de assistência da região de Vila Mariana, e, como o Sr. Maurício Serpa citou os vazios assistenciais; na Vila Mariana, também temos vazios assistenciais. Vejo que muitas pessoas acham que não, mas, lá, temos vazios assistenciais, e esse ambulatório é fundamental do ponto de vista preventivo, porque as pessoas são atendidas nas Unidades Básicas de Saúde, e elas precisam de acompanhamento de especialidade para que elas não adoçam mais.

A gente está com problema, de uma forma geral, na rede inteira de assistência, porque a estratégia saúde da família como trabalha com equipes, as quais não têm uma abrangência de toda a população; o conjunto de Unidades Básicas de Saúde, e, portanto, elas

acabam não encaminhando para o ambulatório de especialidades. O que acaba acontecendo é um estrangulamento da urgência e emergência, principalmente, com o seguinte fato: fechamento do Pronto Socorro do Hospital São Paulo e um atolamento da UPA. Esse é um fato conhecido na região, porque nós tivemos conversas na supervisão da Vila Mariana com todas as unidades da região e, também, com o Amparo Maternal que não atende as gestantes de alto risco.

Então, esse é um problema seríssimo, mas reforço que o ambulatório é fundamental para que as pessoas não adoeçam, não tenham o quadro agravado e não precisem de um pronto socorro que não têm também.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) - O próximo orador André Bernardino da Conceição.

O SR. ANDRÉ BERNARDINO DA CONCEIÇÃO – Bom dia a todos.

Eu me chamo André Bernardino.

Gostaria de reforçar a questão da reforma da AE Ceci Vila Mariana, que é um ambulatório que corresponde às especialidades do Vila Mariana-Jabaquara, e, essa reforma nunca sai, fica um jogo de empurra-empurra e a população fica à deriva, sem contar recurso humano que também deixa muito a desejar para o atendimento da população. Deve-se lançar e reforçar o concurso público para corresponder à necessidade da população que está muito à deriva.

Por outro termo, gostaria de falar que eu sou Conselheiro do segmento usuário da Amparo Maternal e do Hospital Saboia que também fecharam o pronto-socorro deixando a desejar o atendimento à população. Fecharam, também, a maternidade do Gilson de Cassia Marques de Carvalho, antigo Santa Marina na Vila Santa Catarina, deixando a população à deriva, atravessando o oceano para as mulheres darem a sua luz na hora em que necessitam ganhar seu bebê, para lançar para a Mooca, têm que atravessar o oceano; lançaram, também, algum termo para o Amparo Maternal sendo que não tem qualificação alguma, precisando se

adequar para corresponder à necessidade da população.

Por outro termo, temos, também, a necessidade de nova construção e implantação de sede própria da unidade de Jardim Lourdes que não corresponde às necessidades da população de tão apertada que está, além de ser uma unidade agregada, sem corresponder.

Gostaria de citar o Vereador Sidney Cruz que é quem está acompanhando, mais ou menos, a necessidade do bairro do Jabaquara com o Prefeito. Além de não ter uma estrutura adequada para corresponder à necessidade, está, agora, lançando um centro de recolhimento da população de rua sem base alguma, sem transparência alguma para a população. Lá está se transformando num armazém de ser humano totalmente sem qualidade alguma, sem estrutura, sem consultar a população para o que pode fazer, sem corrigir e sem dialogar com os Conselhos Gestores nem as lideranças de bairro para ver qual o projeto que pode se adequar a essa população de rua. Sabendo-se que a população de rua é tão ser humano quanto nós somos. Estão fazendo tipo depósitos, montando contêiners para corresponder com essa população, sabendo-se que os contêiners, no tempo de calor, como está vindo o verão, é uma panela de pressão, e, no tempo de frio, é tipo uma geladeira ou que seja um freezer, é totalmente desumano. Gostaria de deixar aqui registrado e que toda a autoridade máxima que está nesta mesa, nesta Câmara Municipal, como representante que se diz da população, reveja o que pode fazer para retomar esse projeto que não seja totalmente desumano para corresponder às necessidades dessa população que é tão ser humana como nós.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, André.

Sr. Seiti Takahama.

O SR. SEITI TAKAHAMA – Bom dia a todos e todas. Cumprimento à Mesa em nome do Vereador Jair Tatto.

Inicialmente, contribuindo para a rede de atenção, RAS, como foi colocado, logo no primeiro tema, nós temos o Kalil Yasbeck, que é um centro de especialidade, que necessita de uma reforma estrutural; não foi colocado dentro do próprio orçamento; ele já tem o orçamento

planejado para essa execução.

Então, nós solicitamos que a inclusão desse orçamento que são 9 milhões de reais. Inclusive, o Ministério Público também contribui com uma parte da taxa do Termo do Ajuste de Conduta com três milhões de reais.

Então, eu gostaria que a Mesa se atentasse a essa questão e colocasse, realmente, dentro desse próprio orçamento para, justamente, ampliar essa rede de assistência à saúde; é um centro de especialidade da direta que está, realmente, abandonado e está vindo com orçamento para fazer uma reforma de fachada, mas não há necessidade dessa reforma; gastar dinheiro duas vezes. É necessário fazer um gasto real que é a reforma estrutural.

Então, pedimos a contribuição e compreensão da própria Mesa e da própria gestão para poder entender essa necessidade emergencial.

Colocando nessas questões, dentro da primeira fala da Silvana, que se nós ampliarmos essa rede de assistência que é, realmente, a estruturação da saúde que é fundamental, então, nós conseguiríamos atender - e esse centro de especialidade Kalil tem, realmente, condições de atender uma parte da sociedade e não consegue atender por falta de funcionários e, também, pela falta dessa reforma estrutural. Então, pedimos claramente para poder fazer isso.

E eu queria colocar: como nós temos, também, a questão do Tribunal aqui também, eu gostaria de entender onde é que eu consigo visualizar as emendas parlamentares dentro do próprio orçamento. Nós nunca conseguimos perceber onde é que estão, realmente, as emendas dentro do orçamento.

Eu gostaria, também, que colocassem, dentro do orçamento, a residência médica. Nós temos residentes médicos também que nós não conseguimos visualizar e, também, não se presta conta dessa questão da residência médica de um modo geral. Então, gostaríamos de ter claro isso para podermos acompanhar todo esse orçamento, orçamento cidadão de modo geral.

Nós fizemos, também, só para ficar claro que nós colocamos na programação anual essa reforma e fizemos a solicitação de alteração. Infelizmente, o Conselho não conseguiu

porque não teve quórum e não houve aprovação. Por isso nós estamos pedindo aqui, encarecidamente, para que vocês olhem e incluam o Kalil Yasbek nesse orçamento.

Eu gostaria também de falar sobre a questão da própria conferência, de modo geral, que não foi inclusa dentro do próprio orçamento, as demandas. Você colocou a demanda da população de modo geral, mas não trouxe a referência das próprias conferências municipais que, por lei, obrigatoriamente, teria que estar. Por qual razão não está dentro do próprio orçamento?

E gostaria também de perguntar como se relaciona, na prática, a questão do meio ambiente com a saúde. Ela tem uma relação muito clara, a saúde e o meio ambiente. Na prática, como vocês relacionam? Quero uma explicação clara, na prática, desse relacionamento, desse funcionamento, de modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui, por favor, Seiti.

O SR. SEITI TAKAHAMA – Sim. Eu queria colocar também que há um vazio assistencial, na própria Vila Mariana também, em relação à questão do CAPS da pessoa idosa. Tem 298 pessoas idosas na fila de espera. Por isso o CAPS é fundamental, principalmente, depois da covid, porque houve uma depressão enorme da população, ainda continua essa síndrome depressiva, e essa fila de espera aumenta a cada dia mais. Então, nós precisamos rever o próprio planejamento para a inclusão de mais um CAPS.

Eu tenho aqui toda a documentação e, se for necessário, deixo à Mesa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Seiti. Nós temos um *hotsite*: www.saopaulo.sp.leg/transparencia/auditoriosonline. É esse mesmo? As inscrições estão encerradas, esqueci de avisar. E temos também um formulário, para assuntos pontuais, de forma física. Pode ser protocolada todas essas demandas pontuais e gerais. É só pegar com a assessoria o formulário, quem quiser fazer por escrito as demandas.

Seguindo, Vita Aguiar de Oliveira.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – Sou Vita Aguiar de Oliveira, uma militante de doenças raras e também do Grito dos Excluídos.

Agradeço ao Presidente da Comissão Jair Tatto e a todos, e cumprimento todos, em nome dele. O Jair Tatto colocou para a gente, numas discussões, a rubrica de doenças raras no orçamento. Infelizmente, até hoje, a gente não conseguiu colocar verbas para doenças raras nesse orçamento. Então uma das demandas seria a colocação de verbas para doenças raras.

Eu trago uma coisa importante que o Dr. Maurício colocou. Dentro do plano que ele apresentou, em relação ao CER, nós tínhamos a construção de três CERs e na repactuação, e eu peço para o senhor explicar o que foi essa repactuação, porque apenas um CER saiu e ficaram dois. Nesse sentido, as doenças raras necessitam de neurologista, geneticista, psiquiatra. A gente necessita muito das multidisciplinares e o CER é responsável por isso. Então nós queremos muito que se implante, que se coloque verba distinta para doenças raras, para esse segmento. Inclusive os testes genéticos, porque também há uma defasagem muito grande.

Eu quero até agradecer ao Vereador Aurélio Nomura e à Secretaria Municipal de Saúde, que nos atendeu e nos prometeu a linha de cuidado para a doença de Huntington, inclusive colocando os testes genéticos. A gente tem que falar das coisas que podem acontecer ainda. A gente está trabalhando nisso há muito tempo e parece que agora está para sair.

Outra questão que quero colocar é a da farmácia de homeopatia. É inadmissível que a gente tenha licitação para farmácia de homeopatia e o estado do Rio de Janeiro ganha. Então o medicamento é feito lá, isto é, a gente manda a receita daqui, é feito lá e demora de 30 a 40 dias para chegar o medicamento para a gente.

Por isso, Dr. Maurício, eu estou colocando para o senhor, por favor, que a licitação da farmácia de homeopatia seja feita dentro do território, da capital. Por favor, não ultrapasse os limites. Nós temos muita farmácia de homeopatia. Nós tínhamos uma boa, que era a Sensitiva, que nos atendia muito bem. Nós chegávamos lá, o medicamento era feito na hora. A gente aguardava, era feito na hora, e a gente levava o medicamento no dia. Por isso é inadmissível essa questão da farmácia. Por favor.

Eu queria ver se o senhor poderia trazer também a questão... achei interessante o investimento de gestão, controle e transparência. Dá a entender que nós vamos ter uma

transparência melhor na efetivação do recurso. Retoma esse tema para a gente, para nós do controle social é extremamente importante acompanhar o dinheiro.

Outra coisa, quando o senhor fala de financiamento zero, eu não concordo não. O recurso é nosso, é dos nossos impostos. Então quando fala zero, eu sinto o seguinte: é imposto da pessoa física e da pessoa jurídica dentro do município. Eu não sei se é um entendimento contábil, mas, pelo amor de Deus, traga para nós, porque somos nós que pagamos os impostos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, por favor.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – Sobre as organizações sociais da saúde. Nós pagamos imposto para a Prefeitura, para a Secretaria de Saúde. Então não podemos deixar que o terceirizado tome conta das iniciativas.

O próprio Prefeito diz o seguinte que toda a fiação tem de ser subterrânea. Então foi solicitado que as concessionárias...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – ...tinha que ser feito subterrâneo. A Enel entrou com ação contra a Prefeitura. Isso é um absurdo, gente. Os fios ficam todos em cima das árvores, elas têm que ser cortadas, têm que crescer para ter mais oxigênio, uma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já foram 4min20.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – Ah, desculpa. Desculpa.

Então encerro aqui. Por favor, vamos prestar muita atenção a essa questão das nossas privatizações. Não à privatização da água, da Sabesp.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vita. Agora, Flávia Anunciação e, em seguida, Douglas Cardoso, do Sindsep.

Se vocês colaborarem com o tempo, nos ajuda.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Olá. Bom dia a todos. Quero agradecer.

Eu digo que é muito importante essa conversa “saúde e meio ambiente”, porque cada vez mais serão temas que estarão imbricados e um vai estar muito relacionado com o outro.

Então, quero parabenizar por essa audiência conjunta.

Aqui, vamos falar um pouco de alocação do orçamento. É muito ruim a alocação que não considera, como o Seiti disse, as conferências, o controle social, o que é discutido no próprio Conselho Municipal, porque isso é um retrato da população e onde tem mais necessidade de alocação do orçamento. As prioridades alocativas, a gente vê que ainda falta muito, nos territórios. Tem filas de espera, UBS sem condições, trabalho precário e precarizado, as terceirizações não são uma resposta à saúde e muito menos ao meio ambiente. A gente quer parque sim, mas a gente não quer parque que cobre taxa para ser usado. A gente quer parque público. A gente quer saúde pública.

Então, a gente continua com fila de espera. A gente continua com as reclamações no território em relação à assistência e à saúde. Uma coisa que a gente vê mais é o aumento da terceirização na saúde, que não foi transformada em uma melhoria real. Cada vez mais é muito triste a gente ver a gestão abrindo mão de executar a política pública e virar somente uma estrutura gerencial. Nisso aqui a gente está dizendo que quer mais concurso público. A gente precisa de concurso público para veterinário, para biólogo, para recompor os nossos quadros.

É ruim essa gestão que pensa em colocar 100% da execução da política da saúde na mão do parceiro. Dinheiro público investido no setor privado sem um retorno e, para o TCM, sem fiscalização, porque essa é a realidade. A realidade é que a gente não consegue ter uma fiscalização eficiente e dinâmica em relação ao parceiro.

Então o que a gente está pedindo aqui é um equilíbrio. O parceiro está aí, mas tem concurso aberto e precisa chamar para recompor os nossos quadros. Tem concurso aberto que pode recompor os hospitais, os nossos CAPSs, os nossos CECCOSs, que ainda estão sob administração direta. Estamos recompondo o SAMU e a COVISA, mas tem vários outros serviços que podem ser recompostos por esses concursos que estão abertos e para aqueles que não estão abertos o desafio é para a Prefeitura, que nunca teve tanto dinheiro. Tem muito mais dinheiro do que projeto.

O desafio para a Secretaria Municipal é abertura de concurso para as vagas que

estão faltando, para complementar o nosso RH. Já tem muito dinheiro na mão dos parceiros. A maior parte do orçamento de RH está na mão do parceiro. É hora de fazer concurso público. É hora de recompor os RHs faltosos. É hora de concurso público para o próprio Hospital do Servidor. Ele está precisando de mão de obra, e concursada.

Outra coisa é a fiscalização em relação a todas as reformas feitas dentro do Avanço SP. Tem reformas de baixíssima qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO – ...gasto de dinheiro público com reforma que precisa de fiscalização, para que ela seja executada de acordo com aquilo que eu tenho certeza de que a Secretaria desejaria que fosse. Mas quando a gente vai em loco, a reforma é de uma qualidade ruim, assim como aconteceu com o Hospital do Servidor.

Agradeço a todos. É importante que tenha esse olhar e a gente vem aqui fazer um apelo e o desafio para a Secretaria Municipal de Saúde é que faça concurso público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Flávia.

Douglas Cardoso, do Sindsep, e depois Andrea Bossi.

O SR. DOUGLAS CARDOSO – Primeiramente, bom dia a todas e todos. Quero cumprimentar o Vereador Jair Tatto, o Vereador Sidney Cruz, o Vereador Celso Giannazi, o Dr. Maurício, o Ivan Cáceres, da Secretaria de Saúde; o Secretário Rodrigo Pimentel, do Verde e do Meio Ambiente.

A Flávia falou muito bem sobre a precarização e a falta de servidores públicos nas unidades. Secretário Rodrigo, no Verde e Meio Ambiente, a gente tem notado total essa falta de servidores. Tinha um quantitativo muito grande de servidores na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e hoje percebemos que as ações são, praticamente, todas terceirizadas. Isso reflete muito a questão das dificuldades que a gente encontra também em termos de cidade e na questão da pasta que o senhor está dirigindo. A gente também faz esse apelo, para que haja concurso público para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. (Palmas)

Partindo também para a questão da Secretaria de Saúde, é importante a gente

pensar que o que é repassado do governo federal e do estadual é insuficiente para suprir a necessidade do município na questão da saúde. A gente sabe muito bem que é insuficiente. Mas, por outro lado, estamos falando também de São Paulo e esta é uma cidade que tem o privilégio de ter um orçamento bilionário.

Falando de saúde, ter um orçamento de 17,7 bilhões no Fundo Municipal é muito importante, mas o que me preocupa, Dr. Maurício, é que apenas 4,7 desse orçamento está sendo destinado à Atenção Hospitalar. E ela hoje tem uma demanda muito alta e, cada vez mais, você sente o aumento dessa demanda pela Atenção Hospitalar.

A Atenção Básica tem um papel fundamental na prevenção, mas também pelo perfil da sociedade, também tem um perfil epidemiológico, as pessoas estão envelhecendo e, cada vez mais, aumenta a demanda por leitos hospitalares.

Desse orçamento todo, é importante a gente destacar, aproveitando a presença dos servidores do Tribunal de Contas, porque é alarmante se pensar que desse total, somente uma organização social detém 2,2 bilhões, que é a SPDM; 27% do orçamento da saúde está na mão da SPDM. Vamos em outras organizações sociais, como a Associação Saúde da Família, que detém um bilhão desse orçamento, pela prestação do segundo quadrimestre, agora. E Santa Marcelina, enfim, percebe-se que esse orçamento da saúde está retido nas organizações sociais. Isso é preocupante.

O que a gente percebe? Que a Prefeitura muda o que é oferecer saúde para a sociedade e ela entrega para uma empresa privada e isso é muito...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

O SR. DOUGLAS CARDOSO - ...muito preocupante.

E, por último, concluindo, é muito importante também, Dr. Maurício, pensarmos que 1,9 bilhão é destinado para o pagamento de servidores públicos. E, nesse orçamento, oito bilhões são destinados para pagamento de organizações sociais.

O Dr. Ivan Cáceres e o Dr. Zamarco estão aqui, e tem um processo de chamamento de 2.534 profissionais, que já está assinado pela Dra. Marcela, o Dr. Zamarco já assinou, só falta

a Fazenda e fazer o chamamento desses profissionais para os hospitais da gestão direta. Estamos precários de mão de obra.

Gente, muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Douglas.

Agora, Andrea Bossi e, depois, Fábio Sanchez.

A SRA. ANDREA BOSSI – Bom dia, representantes da Comissão, representantes das pastas Saúde e Meio Ambiente, colegas, virtuais, presentes. Meu nome é Andrea Bossi, sou analista de meio ambiente da UMAPAZ, mãe, especialista em educação ambiental e mestranda em análise ambiental integrada. Venho em nome dos AMAs da Prefeitura Municipal, com uma carta, que passo a ler:

Nós, analistas de meio ambiente, demonstramos extrema preocupação com o PLOA 2024. Verificamos a ausência de dotação financeira visando a abertura de concurso público de modo a garantir a reposição do quadro dos profissionais de meio ambiente.

Estamos sem concurso desde 2008. Durante este ano e no ano passado, recebemos apoio sim do gabinete da SVMA e da Casa Legislativa, na figura da Presidência da Câmara, porém, gostaríamos de reforçar aqui a importância nesta nossa demanda de concurso a ser observada pela Secretaria de Gestão.

Destacamos ainda a nossa capacidade de atuação nas políticas públicas de meio ambiente em funções essenciais para o cumprimento da legislação, dos planos e das metas dessa Prefeitura, como as metas da Agenda 2030. Atuamos de forma direta em ações técnicas, como no licenciamento ambiental de importantes obras, arborização urbana, fiscalização ambiental, dentre muitos outros assuntos relacionados às necessidades e às adaptações do município diante desse cenário de emergência climática aos eventos extremos.

Fica registrada a posição dos analistas de meio ambiente da nossa Prefeitura.

Agradeço a escuta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Andrea.

Agora, Fábio Sanchez, do Fórum Verde Permanente.

Ainda há mais quatro inscrições.

O SR. FÁBIO LUCIO SANCHEZ – Bom dia a todos e todas.

Quero parabenizar pela escolha de uma reunião com a questão da saúde e do meio ambiente. São, de fato, questões coligadas. As falas que me antecederam têm total razão, porque a gente sabe que parque é saúde. A gente viu uma contradição, inclusive, na pandemia, quando se fechou parques e no mundo inteiro estava se abrindo. A USP está cheia de pesquisas dizendo que se economiza dinheiro com hospital quando se faz programas em parques na cidade. São Paulo, graças a Deus, está bem servida.

E na apresentação desse próximo orçamento para São Paulo, permita-me colocar ao Secretário Ravena, a conta que nós fizemos não chega a 0,9%, chega a 0,5% do Orçamento. Fico muito feliz em ver o respeito de manter a posição do Bruno Covas no sentido de conseguir 1% do Orçamento para o Meio Ambiente. É extremamente necessário, é preciso fortalecer a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e, graças a Deus, não aconteceu como no Governo do Estado, onde a Secretaria do Verde virou um apêndice da Infraestrutura. Você tem a Infraestrutura fazendo obra e a ex-secretária do Verde autorizando as obras. Isso nem sequer é ético, e aqui são bravos os que estão defendendo o Meio Ambiente, isso nós pudemos constatar.

Porém, nós vemos que há uma precariedade nos parques, nos parques de São Paulo. Se eles oferecessem toda infraestrutura poderiam, com certeza, dar uma qualidade de vida muito maior para os seus habitantes. Há lugares nos parques que não funcionam por falta e investimento. Há necessidade sim de concurso público, por exemplo, para gestores de parques.

Com todo respeito aos Srs. Vereadores, ao Secretário, os gestores de parque são nomeações políticas, okay, mas não ficam, ficam um mês e vão embora. Então precisamos de gestor público, de gestor concursado e avaliado de acordo com a sua formação, que permaneça, que seja capaz de realizar os projetos. Precisamos de uma Secretaria forte que possa haver fiscalização, controle e manejo.

Quero me solidarizar com o Secretário Ravena, não sei se foi isso que ele falou, não

sei se estou colocando palavras em sua boca, mas não faz sentido o discurso de ontem do Sr. Tarcísio de Freitas dizendo que a culpa do que aconteceu em São Paulo, que a culpa é das árvores, isso é culpar a vítima porque, na verdade, as árvores estão malcuidadas. Vamos na Dom José de Barros, 95 nós podemos ir a pé, na Avenida São João e vamos ver cimento fechando a árvore até o tronco. Isso é árvore malcuidada, desculpe! Essa árvore tende a cair. Então não se pode culpar a vítima, além do que você está trazendo outro problema como solução, essa solução e você tornar a cidade menos permeável. Foi isso que eu entendi da sua fala porque criar uma estrutura, uma nova legislação mais permissiva a poda e a supressão, é um absurdo porque tornará a cidade menos permeável.

Então é defender mais Orçamento para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o necessário para que São Paulo tenha mais saúde e mais qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Agora Fabiano de Oliveira Soares do Sindsep. Em seguida, João Luís Martins, da APROFEM.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de iniciar minha fala sobre a questão de o orçamento estar racionalizando a forma como são gastos os recursos na saúde. Dentro do que foi dito, a questão dos vazios assistenciais, há falta de profissionais na atenção básica, nas especialidades, no absenteísmo na realização de exames, e tudo isso tem um motivo, é a terceirização. Na saúde, se tivéssemos uma rede 100% da administração direta, haveria condições facilmente de ter atendimento 300% maior. Não é maior porque o gasto está sendo feito de forma inadequada, nós pagamos para não ter serviços.

Antes que falem do Fundo Nacional da Saúde, que é ínfimo, que poderia ser maior, poderíamos falar do que abrimos mão, de recursos para o Município do Fundo Nacional porque optamos pelo modelo de gestão privada. Os casos são inúmeros de invencionices, como foi citado pelo companheiro do depósito de gente, que são os centros de cuidados prolongados, que não têm qualquer aspecto terapêutico, não há qualquer característica terapêutica, é apenas um depósito de gente não atrelado à política nacional de saúde mental, como os CAPS, por exemplo, que mesmo sendo 90% das organizações sociais não têm TOs, o número de psiquiatras e

psicólogos é insuficiente. Deixam de investir nos equipamentos, mesmo que terceirizados, para criar esse tipo de invencionice, e isso acontece em vários setores.

Acho interessante, o Secretário falou que o orçamento do Verde é 644 milhões basicamente, e a Prefeitura renuncia a recursos do Fundo Nacional, e sabem quando? Quando ela opta pelo modelo privado com contratação de servidores, de trabalhadores da carreira de agentes comunitários de saúde. São 9 mil trabalhadores com piso salarial de 2.640,00 reais, dois salários-mínimos, e para receber esse piso eles teriam de estar vinculados diretamente ao município para receber recursos do Fundo Nacional de Saúde, e não recebem por conta da gestão das OSs. Com isso a Prefeitura, todo ano, deixa de receber 600 milhões de reais, renuncia a uma Secretaria do Verde. É para ver como é grave a questão do gerenciamento de recursos públicos, precisamos estar atentos porque há problemas, como já foi dito na atenção básica, na saúde mental que está 90% terceirizada.

Nós acabamos de passar ou estamos passando por uma pandemia, é fato notório que as pessoas foram afetadas em sua saúde mental, enquanto isso não há investimento porque não há condições dado a gastos que deveriam ser superiores, de mais 300% no mínimo. Então é fiscalizar, é ficar mais atento.

É isso, obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – O próximo orador, Sr. João Luís Martins, APROFEM. (Pausa) A próxima oradora é Lucianne, do Sindsep.

Anuncio novamente a presença do nobre Vereador Celso Giannazi, do PSOL, sempre presente nas audiências públicas.

A SRA. LUCIANNE TAHAN – Queria agradecer em nome do Sindsep e dos servidores públicos do município de São Paulo de nesta audiência pública estarmos discutindo o orçamento da saúde.

É falar que, infelizmente, eu já quero deixar o meu registro, o meu protesto. Infelizmente a Mesa está sendo composta por apenas uma mulher, o que significa que apesar

de concursos públicos da área, o acesso das mulheres ao serviço público, aos cargos comissionados e aos cargos com maiores salários não são acessados pelas mulheres. Vou começar fazendo esse protesto em nome da companheira, da nossa única representante compondo a Mesa.

Primeiramente, sou Agente de Combate à Endemias do município de São Paulo, eu trabalho na Vigilância em Saúde. Eu vi que não há previsão no Orçamento de gasto com pessoal, eu vi também que só se gasta 12% do orçamento com pessoal. Isso significa que temos a previsão de entregas de equipamentos, mas não temos previsão de pessoal, portanto, é obvio que todos esses equipamentos serão entregues nas mãos de uma organização social, que já foi dito, elas precisam ser investigadas, é preciso investigar a quantidade de dinheiro que vai para as organizações sociais. É momento de recompor através de servidores públicos.

Como Agente de Combate à Endemias, eu posso dizer que parte do meu salário, aliás, a maior parte do meu salário, é financiada pelo Governo Federal. Existe a Emenda Constitucional 120 onde o Governo Federal financia dois salários-mínimos por agente de combate a endemias e agentes comunitários de saúde. Nós estamos na Prefeitura do município de São Paulo, e nós não regulamentamos o vínculo de agente comunitário da saúde. Foi anunciado que temos 9.417 agentes comunitários de saúde, o que significa que a Prefeitura gasta por mês quase 25 milhões pagando as OS para que contratem agentes comunitários. Esse dinheiro poderia ser transferido integralmente do Governo Federal para a Prefeitura de São Paulo. Neste momento, nós estamos perdendo recurso federal por conta da não regulamentação do vínculo com os ACSs.

Como trabalhadora da Vigilância, não pude deixar de notar que temos um valor ainda muito baixo para a Vigilância, que trabalha com promoção e prevenção da saúde. Nós somos invisibilizados, isso está bem nítido no Orçamento da Prefeitura. E já foi pontuada a necessidade de contratar veterinários, biólogos e vou incluir os agentes de combate a endemias. Nós somos menos de dois mil agentes para uma população muito grande, praticamente cada agente de combate a endemias fica responsável por mais de seis mil pessoas do município de São Paulo,

isso calculando a quantidade de agentes que temos hoje.

Ainda dizendo sobre concurso público, as árvores caem mesmo, são mal podadas porque não há servidores para fazer a poda. Foi dito que fizeram curso com o pessoal da Enel, pois é, foi dinheiro jogado fora porque esses “caras” não devem mais trabalhar lá. Esse dinheiro poderia ter sido investido em treinamento de pessoas, de servidores da administração direta, que têm carreira, que permanecem no município e podem fazer a poda. Não temos agrônomos e extinguímos várias carreiras que poderiam estar ajudando nesse processo.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Luciane. O último inscrito é André Luzzi, do Fórum Paulista de Segurança Alimentar. Em seguida, falará o Vereador Celso Giannazi.

O SR. ANDRÉ LUZZI – Olá, bom dia. Quero trazer à tribuna um debate necessário e urgente sobre combate à fome, a miséria e a sede na cidade de São Paulo.

O Prefeito anunciou no pacto contra a fome que a cidade de São Paulo não tem fome, não convive com a fome, mas nós sabemos que existe, nós vemos as faces da fome. Na cidade de São Paulo, nós não temos inquérito de segurança alimentar e nutricional, e vai passar a ter, pois conseguimos com pressão da sociedade civil emendas parlamentares para tanto. Então o Orçamento da cidade precisa prever estudos, pesquisas sobre a insegurança alimentar e a sede na cidade de São Paulo.

O Vereador Tatto fez seminário nesta Casa sobre estudos e pesquisas para combater a fome, a miséria e a sede. E agora precisamos refletir no Orçamento como utilizar, por exemplo, a Fundação Paulistana, criada em 2004, para estimular ensino, pesquisa e extensão, como pode contribuir com a pesquisas e estudos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, para assegurar soberania hídrica, para promover hábitos saudáveis de alimentação e os promotores da saúde. Mas também reconhecer como a insegurança alimentar afeta os diferentes públicos, como mulheres, população negra, população em situação de rua. Nós não temos metodologia

adequada para entender a realidade da população de rua, a sede e a fome, e de saber como atinge as pessoas que vivem nos cortiços e nas ocupações. Então é necessário metodologias adequadas e recursos para esses estudos.

Nós também criamos na cidade de São Paulo, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, um observatório de segurança alimentar e nutricional. Não há previsão de recursos para esse observatório. Então o Orçamento já poderia alocar recursos para esses importantes estudos, como a Rede de Pesquisa e Soberania e Insegurança Alimentar, como a rede PENSSAN fez e revelou a face da fome no Brasil, são mais de 30 milhões de pessoas passando fome.

Para concluir, um tema sensível também é a criação no Bixiga do Parque do Rio Bixiga José Celso Martinez. Nos nossos pés passa o Rio Bixiga, e nós precisamos ver refletido no Orçamento recursos para implantação do Parque do Rio Bixiga como condição de promoção da saúde, inclusive da saúde mental que é das mais custosas de nossas vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, André. Passo a palavra ao nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todos e a todas presentes, as pessoas que estão nos acompanhando de forma *on-line*. Gostaria de parabenizar o Presidente Jair Tatto pela condução da audiência trazendo temas importantes como saúde e meio ambiente. Cumprimentar o nobre Vereador Sidney Cruz, relator do Orçamento, que tem uma tarefa difícil, que é contemplar todas as demandas justas que a população traz no Orçamento; cumprimentar o Secretário Rodrigo Ravena do Meio Ambiente; o Secretário Maurício Serpa da Saúde, os assessores presentes, a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Contas do Município também presentes.

Estamos discutindo um Orçamento, está em disputa o Orçamento da cidade de São Paulo, que tem um valor de mais de 110 bilhões de reais, valor estimado, vamos chegar ao final de 2024 num valor perto de 120 bilhões de reais. Não é pouca coisa, é muito dinheiro.

Quando falamos em brigar pelo Orçamento, disputar o Orçamento, eu vim no carro acompanhando de forma *on-line*, ouvi o Secretário Rodrigo Ravena falando do Orçamento do Verde e Meio Ambiente. Eu acho muito pouco, o Verde com nem 1% do Orçamento. E fazendo um comparativo, com todo problema que aconteceu devido a tempestade, da queda de árvores na cidade de São Paulo, as pessoas hoje, são quase 300 mil locais ainda sem energia elétrica, é muito grave o que aconteceu.

E ontem o Prefeito Ricardo Nunes saiu com uma ideia mirabolante: cobrar uma taxa dos municípios para aterrar os fios da Cidade, uma contribuição para melhoria. Nós precisamos então fazer uma comparação, no Orçamento da cidade de São Paulo nós estamos gastando este ano – estamos em novembro – quatro bilhões de reais com recapeamento da Cidade de São Paulo, são quatro bilhões de reais; e para manejo e poda de árvores estamos gastando 8% desse valor, dá mais ou menos – o Secretário pode confirmar – uns 300 milhões de reais. É muito pouco porque, com o passar dos anos, nós temos vários casos de árvores que precisavam de poda e não há pessoal para fazer a poda.

Tenho um caso emblemático, gosto de falar desse caso porque é um acinte quanto à irresponsabilidade com o dinheiro público. A Escola Municipal Rosa Maria Dogo, Capela do Socorro em direção de Santo Amaro, a diretora da escola vendo uma árvore com possibilidade de cair, estava condenada, acionou todos os órgãos da Prefeitura, ficou dois anos oficializando a remoção da árvore e durante dois anos não foi feita, ela tem tudo documentado. A árvore caiu em cima da caixa d'água da escola, numa das chuvas de janeiro de 2021. A escola foi fechada, totalmente depredada e, hoje, 2023, a escola ainda fechada está sendo reformada, são mais de 10 milhões de reais para reformar a escola. E com apenas uma poda de árvore de mil, dois mil reais você resolveria.

Então não tem investimento, não tem funcionários no Verde e Meio Ambiente, e nós precisamos colocar mais recursos na Secretaria. Também não dá para admitir que seja criada uma taxa, um novo tributo para o munícipe arcar com tal responsabilidade tanto do Governo Municipal quanto das terceirizações. A Enel é um caso emblemático da péssima condição de

uma terceirização, e temos de evitar que o mesmo aconteça com água, com a Sabesp.

Na área da saúde, é importante discutir - acho que perdi parte da apresentação, Maurício - o Hospital Sorocabana. Gostaria de ver com você qual é a previsão, a estimativa de tê-lo de novo porque vivemos um grande vazio assistencial na região da Lapa. O Hospital Sorocabana é muito necessário, e nós temos recursos, mas gostaria de saber a estimativa de ter, de fato, os munícipes fazendo uso do hospital.

Para concluir, nós fazemos um apontamento em relação ao Hospital do Servidor Público Municipal. Durante anos nós acompanhamos o andamento do Hospital do Servidor e vimos que não há investimentos, investimento zero, praticamente, por muito tempo. É um Hospital antigo que necessita de manutenção, de reforma, troca de equipamentos, então é necessário que a gente discuta no orçamento recursos para investimentos para troca de equipamentos. Não dá para o hospital depender somente de emendas parlamentares, precisa ter dinheiro consignado no orçamento para que tenhamos um hospital dignamente capaz de atender aos servidores públicos municipais.

Há pedidos para que sejam feitos concursos públicos. Nós ficamos lutando por concursos desde quando eu entrei na Câmara Municipal. Eu gritava na frente do Hospital pela nomeação de 15 enfermeiros para o pronto-socorro, apenas 15 enfermeiros. Isso veio acontecer agora há um mês. Ficamos quase quatro anos brigando para a contratação de 15 enfermeiros para um hospital daquele porte, que atende quase 600 mil pessoas entre ativos, aposentados e dependentes.

É importante firmar um compromisso de colocar recursos no orçamento para que haja concurso público e nomeação em várias áreas do hospital. Também que a gente garanta recursos e acelere a retirada definitiva da Central 156, do Hospital do Servidor Público Municipal, que é a maior vergonha da cidade de São Paulo ligar para esse número, pois as pessoas ficam dias, semanas e meses para tentar agendar consultas.

Está sendo colocado no portal, mas ainda de forma muito lenta, vai demorar muito tempo para que a gente, com esse ritmo, atinja o padrão de atendimento minimamente digno

para marcação de consultas. Com mais recursos, mais contratação, pressionando a PRODAM para que isso vá adiante e tenhamos, de fato, o Hospital em funcionamento razoável para, em seguida, trabalhar na descentralização do Hospital para que as pessoas que morem em Parelheiros, Grajaú, não tenham de vir até o centro para fazer uma consulta simples. O ideal seria fazer a descentralização.

É importante colocar esses pontos para que façamos a discussão, esperando que o Relator do Orçamento, o Vereador Dr. Sidney Cruz também tenha essa sensibilidade para fazermos a mudança do enfoque na aplicação do recurso.

Dinheiro a cidade tem, 120 bilhões de reais não é pouca coisa. Agora, precisa ter prioridade, não dá para gastar tudo no recapeamento do asfalto que já foi feito em 2020.

Em 2020, houve um recapeamento grande na cidade de São Paulo, agora está fazendo de novo. Parece que é o que dá voto, segundo a mídia o que dá voto é recapeamento, saúde, meio ambiente, coisas que não aparecem muito não dão votos. É preciso ter seriedade com o recurso público.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi. Depois eu vou para as considerações.

Secretário Rodrigo, eu cheguei aqui em 2011, o Vereador Andrea Matarazzo fez um projeto para redimensionar a questão da poda de árvore. Nós tínhamos 60 engenheiros agrônomos apenas na cidade toda. Em 2011, não sei, acho que você pode me atualizar hoje. Mas é um absurdo. É só um engenheiro agrônomo que pode fazer o estudo.

Quero verificar com o Dr. Maurício. O que acontece? No avanço à saúde eu tenho um levantamento orçado, em 2023, 364 milhões. Atualizou para 569 milhões, é isso? Já empenhados 273 milhões, ou seja, tem uma diferença de 295 milhões. E vem para 100 milhões de orçado. O que chama a atenção é que vem os recursos do Tesouro vinculados, que vem para dois mil reais, eram três; e as operações de crédito que eram 125 milhões e vem para 60 milhões.

Porque existe uma contrapartida, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então eu precisava que você explicasse isso.

On-line eu acho que ninguém dos Vereadores se manifestou para uso da palavra. Então eu passo imediatamente para as considerações e respostas para o nosso querido Secretário Rodrigo Ravena.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Vou ser bem rápido. Essa questão da arborização é longa e controversa, porque eu costumo dizer que São Paulo tem dois tipos de cidadãos, os que amam e os que odeiam as árvores.

A gente tinha legislação muito antiga. A Secretaria do Verde elaborou um Plano Municipal de Arborização urbana, muito bem-feito, que virou uma legislação, votada por esta Casa, que talvez seja a legislação de arborização urbana mais moderna do mundo.

O Ministério Público entendeu de questionar, parte da lei está suspensa, que é a parte que permitiria que fizéssemos o manejo direto das árvores velhas da cidade. Árvore é ser vivo, nasce, cresce e morre, precisa ser substituído com critério. A gente fez um projeto maravilhoso, premiado no Parque do Trianon, com substituição de seafórtia, tirando invasoras. Isso precisa acontecer na cidade inteira. A gente tem mais eucalipto do que árvore por aqui, há muita árvore invasora que não serve para o fim ambiental que se pretende. Então tem toda essa questão jurídica.

Existe uma lei municipal moderna, dá agilidade para o município cuidar da arborização urbana, só que tem entrave judicial para ser superado, mas, de qualquer forma, a gente caminha.

Eu estava aqui em 2011, sou servidor público de carreira, sou desta Casa, passei no concurso público daqui. Gosto e costumo dizer que servidor público é essencial para a democracia. Não tenho nada contra isso não. Eu acho que as portas da Secretaria e aqui quando fui Diretor Geral, também estavam sempre abertas para os sindicatos e para o debate quanto ao concurso público.

Como essa parte para mim está bem clara e resolvida, a gente vai ter concurso para

a AMA, a gente já pediu a Gestão já considerou o nosso pleito. A gente vai aumentar a quantidade de cargos para servidores de meio ambiente já para 150, então abre-se um concurso para 64.

A gente faz uma reestruturação para a carreira, tirando aquelas carreiras que são de engenheiro, arquiteto, isso sai da carreira de AMA, a gente requalifica a carreira de analista de meio ambiente, para ficar com aquilo que é efetivamente analista de meio ambiente.

Acho que isso está resolvido e vai ter concurso para as outras carreiras também. Pelo menos, essa é a informação que eu tenho da Secretaria de Gestão. Esse concurso deve ser aberto já.

Com relação ao inter-relacionamento saúde e meio ambiente, a gente tem concretamente *pavers* nos parques, a gente tem ações concretas da Secretaria de Saúde dentro dos parques. É importantíssimo para nós, a gente tem toda vontade que isso se amplie e que passe a ter dos 112 a maior quantidade possível de ação da saúde dentro dos parques, porque isso ocupa e dá vida para o parque.

Mais do que isso, os indicadores de biodiversidade da cidade passam a incluir, a partir do ano que vem, indicadores de saúde, porque meio ambiente não é fauna e flora. Meio ambiente é gente, é gênero, inclusão, alimentação, sustentabilidade. Tudo isso é meio ambiente. Não estamos no meio da floresta, nós estamos no meio de São Paulo. Isso aqui é meio ambiente urbano, inclui todo mundo.

O relacionamento e entender qual é a função não só do parque, qualquer área verde, qualquer sistema de arborização qual é, na minha cabeça, a relação direta entre qualidade de vida e saúde, e vegetação, espaços livres, áreas para lazer, tem uma relação direta e isso compõem a estruturação do meio ambiente urbano.

Orçamento, eu não sei que conta vocês fizeram, mas a minha conta simples, o meu orçamento só da Secretaria corresponde a 0,66% do Orçamento total da cidade. Se eu pegar mais as ações diretas, não estou falando das indiretas, por exemplo, das subprefeituras e da Secretaria de Governo, que é a implantação de parque, jardim de chuva e bosques urbanos, a

gente passa dos 3%.

Eu preciso considerar que meio ambiente não é uma ação exclusiva da Secretaria. A Secretaria tem funções diretas e metas diretas ambientais, não cuida só de árvore, parque, a gente cuida de todo mundo. A gente cuida de licenciamento ambiental, planejamento ambiental, urbanismo ambiental, olha para a cidade como um todo, não só para parque, praça e árvore. É preciso olhar para isso tudo para entender como que funciona.

Ter ações de outras secretarias, ter o apoio integral da Secretaria com ações ambientais. Jardins de chuvas, bosques urbanos, arborização nas subprefeituras que não sejam ações diretas nossas.

Eu acho que é isso. Mais duas coisas para terminar. Saúde, educação, melhoria nos parques. A gente está com, não lembro o número exato, mas são mais de 60 requalificações de parques.

Está em andamento uma ação muito estruturada que dura três anos com a ONU-HABITAT para fazer e ouvir a população na requalificação dos parques e na estruturação da função dos parques na cidade, incluindo e olhando especificamente o olhar das meninas e das mulheres, que é a população mais vulnerável hoje na cidade de São Paulo.

Sobre manutenção, temos um contrato que antes não tinha, passamos a ter, com a melhoria do orçamento, um contrato de manutenção robusto, vamos melhorar no ano que vem. A gente está implantando a marcenaria no Parque Anhanguera para fazer o uso do resto de podas da cidade para produzir brinquedos e equipamentos para os parques existentes.

Eu só queria fazer mais uma colocação, mas que não tem nada a ver com orçamento. Eu estava ondem na entrevista coletiva do Prefeito Ricardo Nunes, quando se falou de aterramento de fios na cidade. Eu estava presente, estava ao lado, os Secretários participaram o dia inteiro de reuniões com o Governador e todas as empresas, não só a Enel, mas todas as que prestam serviço na Grande São Paulo.

O começo da conversa tendia para culpar a vítima que é a árvore, a árvore é vítima de um sistema meio amalucado de crescimento da cidade, que não é culpa de ninguém

especificamente, mas é culpa de todos nós ao mesmo tempo.

O Prefeito nunca disse que vai criar uma taxa, ele foi questionado se a cidade tinha dinheiro para aterrar os fios. Ele disse que não, não tem dinheiro para aterrar, não sei se 60 ou 80 quilômetros de fiação, só elétrica. Fora todas as telecoms, tudo o que tem pendurado em poste, não dá para enterrar de uma vez. Depende de regulação federal e de autorizar o uso da hiper via de fibra digital subterrânea, o que depende do Governo Federal.

Questionado se a cidade teria, ele disse que a cidade tinha uma parte. Quais seriam as alternativas para enterrar a linha aérea elétrica? Uma delas seria as concessionárias assumirem o custo, isso impacta a conta diretamente.

Como alguém lembrou aqui, não me lembro quem falou, se não me engano era a Prefeita Marta que determinou o aterramento pela primeira vez, mas as concessionárias entraram lá atrás com uma ação e ganharam, ficando a Prefeitura proibida de exigir o aterramento por conta das concessionárias.

A pergunta foi a seguinte: qual seria a alternativa se a Prefeitura não tem recursos suficientes para tudo, se as companhias elétricas não vão fazer porque elas não querem, qual seria a alternativa? A alternativa é a que está no regulamento federal que diz que é possível que os municípios criem uma contribuição de melhoria, que é uma espécie de tributo voluntário, sujeito à aprovação do Legislativo e aceitação da população.

Então eu acho que é necessário aqui, eu, como membro do Poder Executivo, deixar claro isso. É uma *fake news*, isso é mentira. Ele não propôs a criação de uma taxa pura e simples. É uma contribuição de melhoria, prevista na legislação federal e, na pergunta posta, qual seria uma alternativa para que a gente consiga dinheiro para fazer isso. Essa seria uma das alternativas. Então é preciso deixar isso muito claro.

Acho que é isso. Acho que respondi a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O SR. CELSO GIANNAZI – Presidente, só fazer um reparo. Secretário, com todo respeito, não foi *fake news*, não. Ele falou exatamente da contribuição de melhoria, primeiro ele

errou, depois ele falou corrigindo, que é uma contribuição de melhorias. Ela não é... assim, desde Maluf e Pitta a gente não vê essa contribuição de melhoria sendo colocada aqui na cidade de São Paulo. Ele falou sim, está gravado, não é *fake news* não, Secretário. Com todo respeito.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Vereador, com respeito, contribuição de melhoria está no ordenamento jurídico brasileiro...

O SR. CELSO GIANNAZI – Está no CTN, está no CTN, existe, na nossa legislação municipal...

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – Desde 1967.

O SR. CELSO GIANNAZI – ... mas que ninguém faz uso disso, que faça a melhoria e valorização dos imóveis e para pavimentação.

O SR. RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA – É por isso que eu estou falando. Ninguém usa, porque é uma taxa, é um tributo difícil de criar, impopular e depende de duas aprovações, uma aprovação legislativa e de quem contribui. A contribuição é facultativa, nunca obrigatória.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, vamos seguindo. Muito obrigado. Infelizmente, não há tempo para seguir no debate, seria razoável, mas não temos tempo.

Passo para as considerações agora da Secretaria da Saúde, do Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO SERPA - Vamos lá, vou tentar responder na ordem. Primeiro foi a Sílvia Helena. Sílvia, você falou sobre a fila da mamografia. Hoje, temos uma oferta de 25.600 exames e uma demanda de 24.500. Agora, puxei uma regulação e a fila total é de 199 pessoas aguardando, com tempo médio de espera de 45 dias. Quantos mamógrafos nós temos, foi a sua pergunta. São 433 mamógrafos no município, fora os contratualizados. Há 1.119 ginecologistas.

Agora se você me perguntar como era o programa com o médico da família, que não envolvia o ginecologista, eu concordo com você. Tanto que estamos ampliando e recontratando médicos ginecologistas, porque entendemos que o clínico geral, médico da família, nessa posição a população não se sentiu assistida. A gente está contratando mais. Mas, atualmente, os números que você me perguntou são esses.

Quanto à questão do tempo de espera da oncologia de 60 dias, se, realmente é cumprido. A oncologia é um grande problema. Primeiro, são 2.600 novos casos, por mês, realmente, não conseguimos atender toda essa demanda.

Até pegando um gancho de uma pergunta sobre o Hospital Santa Catarina que foi retirada a maternidade, justamente nós tiramos para ampliar as ofertas de vagas de oncologia.

Mas a oncologia é uma grande preocupação, recentemente, estivemos no Ministério Público junto com o estado, desenvolvendo um plano de ação para conseguir aumentar essa oferta de vagas. Hoje, contratualizado e que atende o município, não estou falando do estado, somente o IBCC que está absorvendo a maior demanda nossa.

Nós temos sim uma carência, esse é um ponto sensível. Estamos tentando ver como que a gente pode fazer essa contratualização, lembrando que nós pagamos a Tabela SUS, os contratualizados no mercado privado acabam não querendo nos atender. Existe uma situação que a gente precisa construir sim com o estado.

Qual seria uma situação? O credenciamento de algumas unidades nossas. A gente conseguir habilitar para a gente conseguir ter um repasse um pouco melhor e atender essa demanda.

Acho que eu respondi. Ah, UPA Jardim Helena e UBS Jardim Helena, não são valores diferentes, são unidades diferentes.

Estamos falando de uma UPA e de uma UBS.

Agora, deixe-me pegar outra, aqui. Heloisa, de fato, existe uma situação preocupante na Vila Mariana, primeiramente, com o fechamento do Hospital São Paulo. Inclusive, ontem, nós assinamos um pedido de subvenção de 15 milhões para a abertura do pronto-socorro do Hospital São Paulo, primeiramente, porque é um hospital quaternário. Então, significa que ele atende às altas complexidades e é um pronto-socorro de porta aberta. Atende a todas as demandas. É extremamente importante essa parceria.

Fora isso, nós também vamos entregar a UBS Guarani Vargas, a ampliação da UBS Americanópolis, que já foi contratada, a reforma que já incluiu na ata o AE Ceci. Há, também, a

UBS Imperial, a UBS Freud e a UBS Santa Cruz, que também fazem parte da ata. Então, vai existir, sim, a cobertura para a Vila Mariana. Já está em contratação. A ata deve sair, inclusive, nesta semana. Nós respondemos ao questionamento do Tribunal de Contas. Então, já devem dar andamento.

Com relação à pergunta do André, acaba sendo na mesma linha do que falamos sobre a Vila Mariana. Há o Hospital São Paulo e também a questão da subvenção que o município está colocando para término do pronto-socorro.

O senhor comenta do centro de acolhimento à população. Realmente, o número de moradores de rua, hoje, passa de 30 mil. Então, nós temos uma luta muito grande com isso. Há os centros de acolhida e a questão da moradia social, mas é um trabalho árduo.

Primeiramente, nós temos uma migração muito grande, até, de outros municípios, e não só de São Paulo. Então, temos de fazer não só uma política, mas rever uma estratégia, para que consigamos atender a toda essa demanda.

Não estamos fazendo – pelo amor de Deus, nunca – depósito de gente. Muito pelo contrário, há a ideia de humanização e das cinco refeições, tudo tentando acolher.

Agora, existe um desafio muito grande? É claro que existe. É uma cidade enorme. Cada vez que resolvemos um problema, surge outro e, por incrível que pareça, existem pessoas que querem morar em situação de rua. São entrevistados e você não consegue levá-los. Eu acho absurdo, mas, por outro lado, não podemos pegar ninguém, carregar e levar à força. Seria ilógico.

Também há uma preocupação com os dependentes químicos. É uma luta muito grande e existem duas vias de trabalho, aí. Uma delas é a tolerância zero. Pegamos aquela pessoa que está em um estado de incapacidade, de risco iminente de morte ou colocando a vida do outro em risco e fazemos uma internação involuntária. Há também a redução de danos. Tentamos oferecer o máximo de trabalho, com a parte social, com os consultórios de rua, mas é um trabalho árduo.

Agora, respondendo, também, ao Seiti, vamos lá: reforma estrutural. Eu acho que eu respondi à questão das reformas.

Você coloca aqui, também, a relação entre saúde e meio ambiente. Temos um trabalho muito técnico, que foge, inclusive, da nossa esfera de Secretário. É técnico com técnico, entendendo. Alguém até comentou a questão de parques, redução de mortalidade. De fato, não é só parque. Todo lazer aumenta a sobrevida, bem como diminui, também, criminalidade.

Agora, existe Zoonose, que trabalha em conjunto com eles. Se temos problemas de alguma endemia, alguma epidemia, esse contato é técnico e chega para nós a informação, mas foram os técnicos que foram lá resolver. Então, existe, sim.

Da Vila Mariana, acho que acabei respondendo, junto.

Pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Pode falar. Eu repasso a pergunta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Isso. Dali, da região da Vila Mariana, são quatro unidades: a UBS Imperial, a Freud, a Santa Cruz, a Guarani Vargas e a ampliação da UBS Americanópolis. A AE Ceci, também, que já está na ata...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – O início de obra é agora, em dezembro. Eu acho que isso, aí, é um pleito que podemos trabalhar na coordenadoria local, apresentando para vocês a tipologia. Podemos evoluir, mas previsão há. Agora, eu acho prudente levar isso para a coordenadoria e trazem isso para nós. Não é, Ivan?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Perfeito. Para não nos alongarmos, podemos levar essa reunião para a coordenadoria e nós os recebemos na Secretaria – e discutimos esse ponto, separadamente? Aí, não tomamos o tempo e fazemos uma apresentação um pouco mais detalhada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Exato. Nessa ata, contempla. Está bom?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Perfeito. Então, levamos para lá e discutimos, mas está na ata. Está registrado.

Depois, nós temos a questão das doenças raras. Como informação, estamos fazendo a abertura do instituto Hunter. Inclusive, quanto à doença de que a senhora falou, nós discutimos, na semana passada, o protocolo, que é o canal vaginal que não é desenvolvido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Huntington, que é... Isso. De qualquer forma, vão entrar todas as doenças raras no instituto Hunter e...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se ficarmos no debate intermediário...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Isso. Não, então, é claro que a linha de cuidado será desenvolvida, mas lembro que precisamos ter um centro de referência, até para um território muito grande. Como o nome diz, é doença rara. Não conseguiríamos fazer uma capacitação em todo o território. O que precisamos é ter uma linha de cuidado e a referência, que é justamente a Casa Hunter.

Respondendo, também, para a senhora, sobre a questão da farmácia de homeopatia, eu não posso restringir em uma licitação que um estado não participe. Eu não posso fazer uma licitação, limitar e falar que uma empresa do Rio de Janeiro não participe. O tribunal vai me matar se eu fizer isso. Eu faço uma reserva de mercado. Eu tenho de dar amplitude ao processo. Então, infelizmente, se o vencedor do certame foi uma entidade do Rio de Janeiro, não temos como mudar essa situação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Aí, eu tenho de seguir a lei.

- Manifestação fora do microfone

O SR. MAURÍCIO SERPA – Não, eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós temos de concluir.

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode seguir, Secretário.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Perfeito. Acho que a Flávia não está mais aí. Ah, está, sim. Flávia, nós nos conhecemos e eu te respeito muito, mas não podemos culpar a terceirização como um problema, de fato, da saúde, até porque a impressão que se tem, quando vocês falam, é de que damos o dinheiro e fazem o que quiserem. Na verdade, não. É uma execução. Executa-se e repassamos. Se o problema da terceirização fosse um grande problema de toda a saúde, o privado estaria melhor que nós – e não está.

Então, temos uma situação, hoje, que vai muito além de questão de concurso. Concordo com a transparência e temos lutado muito. Você nos acompanhou no Ministério Público, na apresentação do SICAP. Eu acho que o que precisamos é mostrar como está sendo feita a execução, passo a passo. De fato, isso nunca foi feito. Conseguimos olhar o macro e nem sistema de ferramenta nós tínhamos para tudo isso. Então, hoje, com o SICAP, queremos trazer justamente isso.

Há algumas deficiências. Até respondendo à senhora que já foi embora, sobre os ACEs, recebemos o repasse dos ACEs. Eu não sei de onde se tirou a história de que, por ser CLT, das organizações, não recebemos. Muito pelo contrário, recebemos e complementamos. A parte de benefícios, tudo, a Prefeitura complementa.

Fazendo uma última ressalva, quando eu falei que o recurso vem em Fonte 00, foi justamente querendo dizer que são vocês que pagam e que seria justo que essa contribuição, como nós somos um sistema tripartite, fosse melhor do Governo Federal e da parte estadual, e que não só o município carregasse 84%, porque somos nós, mesmos. Todos nós, aqui, pagamos essa saúde, mas é tripartite. Um percentual disso deveria vir, principalmente quando falamos – já aproveitando e respondendo à última pergunta – das filas cirúrgicas.

Com relação às filas cirúrgicas de alta complexidade, por lógica e por acordo em 2006, ainda que nós sejamos um município pleno, o estado deveria absorver as cirurgias de alta

complexidade, mas hoje existe uma força-tarefa muito grande, porque o município acaba sendo porta de entrada. Então, a partir do momento em que um cidadão entra por um hospital público municipal e não fica por 60, 90 ou até mais dias esperando por uma cirurgia, obviamente precisamos ter uma atitude e essa atitude tem um peso econômico. Se eu investir muito mais na parte hospitalar, eu vou ter outro problema. Eu vou falhar na atenção primária.

Só um dado, para vocês entenderem a importância da atenção primária: hoje, os pacientes de insuficiência renal, que estão aguardando, em torno de 60 a 70 dias internados, uma média de 300 pacientes, são de idade de 25 a 50 anos. Principal causa: hipertensão e diabetes. Se eu falhar nisso, vocês acham que eu vou melhorar ou vou aumentar esse problema? Eu vou aumentar. Então, temos vontade de fazer tudo, mas o dinheiro é finito. Precisamos dar prioridade. A prioridade tem de ser a atenção básica. Se eu sair abrindo hospitais e achar que isso vai resolver o problema, muito pelo contrário, eu vou aumentar o custeio e vou ter carência de mão de obra especializada. Hoje, dos médicos que se formam, 20%, só, procuram especialização. Então, o que é que eu vou fazer com um hospital com um clínico na porta, em um hospital de alto custo? Não é esse o caminho.

Culturalmente falando, também precisamos melhorar, porque eu tenho um absenteísmo de 40% dos exames e o paciente não desmarca. O paciente consegue, às vezes, outro jeito ou ele quer resolver o problema imediatamente e não vai ao exame marcado. Sabem o que isso acarreta? Por lógica do SUS, eu não posso desmarcar esse paciente. Ele fica pendurado em uma fila até que ele manifeste que não quer mais fazer. Então, é um problema todo nosso. Nós estamos à frente da gestão para melhorar, mas o trabalho é conjunto com todos vocês, também.

Espero ter respondido tudo.

Ah, faltou o nobre Vereador Jair Tatto. O Avança Saúde tem, sim, uma contrapartida. No BID, foi um empréstimo de 200 milhões de dólares e cem milhões de dólares foram a contrapartida que o município teve de honrar. Por isso, os números que o senhor viu têm essa discrepância, sendo que nós temos 60 milhões para o próximo ano. O BID é executado em cinco

anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo.

O SR. CELSO GIANNAZI – Secretário, só para responder... Presidente, é do Sorocabana.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Ah, perdão. O Sorocabana entrou nessa ata dos 12 hospitais. Na verdade, ele é o 13º hospital. Ele vai passar por um *retrofit*. A obra prevista, de início, também é, agora, em dezembro para janeiro. Imaginamos que é praticamente um novo hospital. Imaginamos de três a quatro anos, Vereador, mas ele está funcionando como um HD, em uma parte, ou seja, como um Hospital Dia, e vai passar. Se o senhor quiser, inclusive, na Secretaria, terei o prazer de lhe mostrar a tipologia, porque vai ficar uma entrega muito boa, ali, na região. Lá, há, de fato, um vazio assistencial.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, vamos ouvir, então...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, aqui, estamos com um projeto que vem do Governo e que se transforma em um substitutivo. Eu tenho dito em todas as audiências que, quanto mais mudarmos, melhor. Esse é o desafio do nobre Relator.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Emenda parlamentar nós liberamos. Inclusive, no Portal da Transparência, há a relatoria de emendas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – No segundo relatório, ela entra.

O SR. MAURÍCIO SERPA – Ela entra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Do primeiro para o segundo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está dentro. Eu já entendi, também. O nobre

Relator pode falar. Está dentro da Casa Civil, em uma conta geral, que está se tornando grande, mas, aí, é uma logística em que os Vereadores colocam o total e, depois, no período, conforme vai liberando, mas é um grande desafio, sim, de termos mecanismos que criem o acesso para se saber disso. As Subprefeituras ficam todas, assim, desejando, mas estão me dizendo que os Parlamentares não estão tão generosos assim com as Subprefeituras. Nós estamos, agora, trabalhando outras áreas, como cultura.

Vamos ouvir o nobre Vereador Relator Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Sr. Presidente.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há “pela ordem”. Nós temos de concluir.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, eu quero saber sobre a conferência, que não entrou no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já foi dito, agora. Foi respondido para o Sr. Seiti.

Vamos lá, nobre Relator.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Sr. Presidente. Quero, primeiramente, cumprimentar V.Exa., o Dr. Maurício Serpa, o Sr. Roberto Carlos Rossato, Chefe de Gabinete, e o Sr. Ivan Cáceres, que estão representando o nosso Secretário Luiz Carlos Zamarco. Cumprimento, também, a Dra. Elizabete Michelete, que é Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal e participou de forma *on-line*, bem como o Sr. Rodrigo Pinto Ravena, Secretário Municipal e a Sra. Flavia Ivana Pallinger, que nos acompanhou de forma *on-line*. Quero cumprimentar, também, o Sr. Sandro Luis Palanca, Diretor da Divisão de Avaliação e Aprimoramento do Gasto Público, e o Dr. Adriano, que teve de sair, pois tinha um compromisso. Cumprimento, novamente, o Vereador Celso Giannazi. Cumprimento todos os presentes e as pessoas que nos acompanham de forma *on-line*.

Não é fácil. Estou, pelo segundo ano consecutivo, como Relator do orçamento. É uma tarefa árdua. A política é a arte do possível. Não existem segredos. Ouvi atentamente todas as falas, desde a Sra. Silvinha, que falou de forma virtual, até o Sr. André Luzzi, que falou a

respeito da fome e que o Prefeito Ricardo Nunes não tem compromisso com o combate à fome.

Eu quero começar pelo fim. Eu gostaria de fazer uma correção. No ano passado, no relatório, juntamente com todos os membros da Comissão de Finanças e os Vereadores e Vereadoras desta Casa, criamos um fundo de combate à fome no valor de 190 milhões de reais. Pela primeira vez isto aconteceu na cidade de São Paulo e neste ano nós já temos a projeção, na peça orçamentária, de mais de 300 milhões de reais para esse fundo de combate à fome. Então, estamos avançando.

A cidade de São Paulo é complexa, é um país, 12 milhões de habitantes, a Saúde e a Secretaria do Verde, as duas pastas se comunicam, sabemos que a Saúde tem o cuidado com a saúde da população e, conseqüentemente, o comprometimento de aumentar a longevidade, melhorando a qualidade de vida de todos.

E aqui, nobre Vereador Celso Giannazi, com o devido respeito, é óbvio que o Prefeito vem fazendo um dos maiores programas de recapeamento da cidade de São Paulo nas vias principais, precisamos fazer, eu tenho um entendimento diferente de V.Exa., precisamos fazer com que esse recapeamento chegue às vias secundárias, em todas as vias importantes das periferias da cidade de São Paulo, sem esquecer da saúde e do meio ambiente.

Quando eu falo sem esquecer da saúde do meio ambiente, eu gostaria de ressaltar alguns pontos deixando claro, abrindo um parêntese, nós temos que melhorar, ajustes são necessários sempre, principalmente na saúde. Sabe quando teremos uma saúde 100%? Vocês sabem: nunca. A saúde sempre vai precisar de ajustes e nós precisamos falar que até 2017 a cidade de São Paulo, com 12 milhões de habitantes, só tinha três UPAs. Nesta gestão já temos 21 UPAs entregues.

Precisamos falar também que recentemente aconteceu uma realização da primeira cirurgia intrauterina na cidade de São Paulo. Vocês estão acompanhando. Precisamos falar também, e não podemos nos esquecer, que, por exemplo, não foi citado aqui, eu não vi no rol, viu, Dr. Maurício, V.Sa. falar a respeito da UBS do empreendimento Espanha, que também será entregue lá na região da Pedreira. Precisamos falar também que a região da Pedreira não tinha

atendimento 24 horas, só tinha UPA da Antônio do Campo, o Presidente conhece muito bem, e hoje temos a AMA do Parque Dorotéia atendendo 24 horas.

Temos muito que melhoraram, mas precisamos reconhecer os avanços que estão acontecendo na cidade de São Paulo. Antes de finalizar, quero ser breve, gostaria de voltar ao assunto, Celso, a respeito da suposta taxa falada pelo Prefeito Ricardo Nunes. Eu ouvi atentamente a fala do Prefeito numa entrevista na CBN. Ele falou a respeito da Cosip, que é um repasse que já existe, que está no Fundo Municipal de Iluminação, só para V.Exa. ter uma ideia. No ano passado foram 576 milhões de reais, a projeção para o próximo ano é demais de 700 milhões de reais, quase 800 milhões de reais. Ele disse que tinha consultado a Procuradoria Geral do Município e a Procuradoria tinha sinalizado que esses recursos poderiam ser utilizados para o enterramento desses fios. É um tema complexo, como foi dito aqui pelo Secretário Ravena, nós temos várias concessionárias. Não estamos falando aqui da Enel, porque eu acho que o assunto do momento. É inadmissível o tempo de resposta da concessionária Enel. Acho que o ponto crucial é o tempo de resposta.

Temos eventos climáticos, temos acontecimentos que fogem do controle do homem médio, mas não podemos aceitar cinco dias, uma cidade como São Paulo, para retomar a vida normal, o cotidiano da nossa população. Muitas famílias afetadas, pequenos e médios empreendedores perdendo, comércios, perdendo todos os seus produtos. Precisamos garantir a restituição, o ressarcimento da população e essa Casa tem que agir, tenho certeza de que agirá.

Secretário e todos os representantes da Secretaria Municipal de Saúde, eu sei que a construção de novos hospitais traz um custo anual para Secretaria e para o município, mas, todavia, eu gostaria de fazer um apelo em nome da população lá da região da Pedreira e Cidade Ademar. São quase 500 mil habitantes naquele território. Estamos avançando, todos os territórios adjacentes possuem hospitais públicos municipais. Parelheiros nós tivemos recentemente um hospital que vem atendendo a população local, temos o hospital do Grajaú, no Jabaquara temos o Saboya, em Santo Amaro temos o Hospital Público Municipal e Cidade

Ademar e Pedreira não. Eu gostaria de fazer um apelo à V.Exas. e pedir ajuda aos Parlamentares desta Casa para começarmos a colocar no radar do Plano de Metas, hospital público municipal na região de Pedreira e Cidade Ademar.

Muito obrigado. Parabéns pelas apresentações, pelas falas, estou à disposição de todos. Acabei de falar com Presidente. A ideia é levarmos a votação, em primeira, do substitutivo no dia 30 de novembro. Então, temos algumas audiências que serão realizadas ainda, estamos na fase de construção e fico muito feliz quando vejo a participação popular acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre relator. Eu queria passar alguns informes rápidos. Essa Comissão de Finanças e Orçamento continua realizando audiências públicas sobre o PL 578/2023, que estima e fixa as despesas do município de São Paulo para o exercício de 2024. O orçamento de 2024, conforme calendário aprovado anteriormente, disponível no *site* da Câmara Municipal. A próxima audiência, dia 11, com início às 10 horas, lá no Tendal da Lapa, Rua Guaicurus, 1.100. É a quarta audiência regional, que são da região Norte e Oeste, que compreende a Secretaria Municipal da Fazenda, sempre presente conosco; Subprefeituras do Butantã, Pinheiros, Lapa, Perus/Anhanguera, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia, Casa Verde/Cachoeirinha. Compreendem as Subprefeituras daquele entorno. Foi até uma ideia brilhante do nobre relator que fizéssemos as regionais juntando as Subprefeituras do entorno, mas o tema é geral.

Então, não é pelo fato de estarem lá os Subprefeitos que só vai tratar do orçamento, nós teremos o dia da Secretaria de Subprefeituras, se trata do orçamento geral, a Secretaria da Fazenda já nos disponibilizou na área da habitação o orçamento regionalizado. Não sei se na Saúde nós já temos alguma coisa e daí traz regionalizado nesses territórios. Então fica mais didático para quem mora no território. Essa é dia 11, é regional, lá no Tendal da Lapa, que compreende a região Oeste e a gente chama Noroeste, que é Pirituba, Perus, Freguesia e Brasilândia.

Nós temos terça-feira, no auditório Prestes Maia, no primeiro andar, aí sim,

Secretaria de Subprefeituras, Infraestrutura e Obras, Concessões e Parcerias. Quero agradecer a Marilene Santos Cuba e o Edmilson Freitas Cuba, que são nossos intérpretes de libras.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Presidente, só para corrigir. Eu falei dia 30, a votação, em primeira. Dia 30 é uma quinta-feira e o plenário está reservado para as reuniões da Comissão Especial que estuda a privatização da Sabesp. Então, será dia 29, conforme eu havia falado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De primeira votação em plenário, nós temos duas audiências, que eu digo, duas sessões. Na terceira já temos que apresentar as emendas, obviamente que em primeira também cabem as emendas, mas quando se trata das emendas parlamentares que está muito debatido, então são nessas sessões.

Muito obrigado a todos e a todas, aos membros do Governo que estiveram aqui e nada mais havendo a tratar está encerrada a nossa audiência pública.
